



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 05/06/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 14

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Álvaro Miramar Botas Letra;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Nuno Filipe Gomes de Brito;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho** comunicou em 04/06/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal estará ausente no período compreendido entre 5 de junho de 2019 (inclusive) e 6 de junho de 2019 (inclusive), não podendo participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pelo candidato imediatamente a seguir na lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, Senhor **Álvaro Miramar Botas Letra**.

A Sr.^a Vereadora **Mélina Monteiro Mira Domingues** comunicou em 04/06/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pelo candidato imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhor **Nuno Filipe Gomes de Brito**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Ambrósio Mourato de Sousa - pretende falar sobre o barulho de uma oficina de moldes que está paredes meias com a sua habitação, sita na Rua Mestre José da Silva Roque, n.º 31, Picassinos, Marinha Grande.

2. Sr. Pedro José Henriques Carvalho - pretende falar sobre as coimas que lhe foram aplicadas por causa de 2 poços que tem no seu terreno, sito na Rua dos Pires, Guarda Nova.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Proposta de aquisição prédios urbanos n.º 2316 e n.º 3250 - Rua Alexandre Herculano n.º 19 - Freguesia da Marinha Grande

GABINETE MUNICIPAL PROTEÇÃO CIVIL

2. Adenda ao protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande
3. Adenda ao protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira Leiria
4. Protocolo de colaboração para a aquisição ambulâncias e equipamento de socorro de socorro ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande
5. Protocolo de colaboração para a aquisição ambulâncias e equipamento de socorro de socorro ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira Leiria
6. Acordo entre o município da Marinha Grande e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sobre para o estudo do risco de inundação na zona costeira

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

7. Resumo de Tesouraria do dia 28 de maio de 2019
8. Proposta de 8ª Modificação aos Documentos Previsionais 2019

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta-Marinha Grande - Concurso público n.º 11/2019. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho
10. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Nelson Ribeiro Simões
11. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Paulo Renato da Silva e Adriano Fernandes da Silva

12. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Paulo Fernando Costa Tavares
13. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Amílcar Rosa Ferreira Lavos
14. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Ana Paula Silva
15. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Carlos Manuel Ferreira Marques
16. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Firmino Franco Sousa
17. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – José Manuel Pereira dos Santos
18. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Laurinda Maria Godinho
19. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Maria Isabel Angelina da Silva Arrimar
20. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 3- Concurso público n.º 16/2019. Esclarecimentos, Erros e Omissões - Prorrogação do prazo para apresentação de propostas

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

21. Criação de posto de cobrança no Balcão de Atendimento ao Município
22. Ratificação do despacho de emissão de licença especial de ruído para o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

23. Sinalização entre a rua das Rosas Silvestres e a rua dos Sapateiros - Pedrulheira - Marinha Grande.
24. Pedido para revisão da sinalética existente no Largo Casal dos Ossos - Marinha Grande.
25. Pedido para colocação de sinalização de trânsito para um lugar de estacionamento a pessoa portadora de deficiência junto ao nº15 da rua Bairro Mariano - Mª Grande

GESTÃO URBANÍSTICA

26. Req.º nº 458/19, datado de 11/03/2019 - Proc.º nº 392/18, datado de 18/09/2018 - José Eduardo Afonso Ribeiro e Tânia Duarte Marques
27. Req.º nº 857/19, datado de 15/05/2019 - Proc.º nº 505/18, datado de 23/11/2018 - Razão Latina, Lda.
28. Req.º nº 928/19, datado de 28/05/2019 - Proc.º nº 121/19, datado de 02/04/2019 - Plastimago - Transformadora de Plásticos Lda.
29. Req.º nº 935/19, datado de 28/05/2019 - Proc.º nº 429/18, datado de 09/10/2018 - Mário Rolo Rodrigues
30. Req.º nº 883/19, datado de 20/05/2019 - Proc.º nº 48/17, datado de 10/02/2017 - Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A.
31. Req.º nº 659/19, datado de 09/04/2019 - Proc.º nº 135/19, datado de 09/04/2019 - Elsa Sofia Martinho Ruivo

32. Req.º nº 692/19, datado de 15/04/2019 - Proc.º n.º 77/18, datado de 02/03/2018 - Rafael Calado
33. Req.º nº 905/19, datado de 23/05/2019 - Proc.º n.º 53/19, datado de 12/02/2019 - Ricardo Miguel Pina Sousa e Marta Isabel Silva Gomes
34. Req.º nº 480/19, datado de 13/03/2019 - Proc.º n.º 93/19, datado de 13/03/2019 - N. Belchior, Lda.
35. Req.º nº 83/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º n.º 322/17, datado de 21/07/2017 - Ana Margarida do Carmo Lourenço e Hugo Alexandre Leitão Pedrosa
36. Req.º nº 860/19, datado de 15/05/2019 - Proc.º n.º 279/18, datado de 13/07/2018 - Tiago Lopes Mota
37. Req.º nº 656/19, datado de 09/04/2019 - Proc.º n.º 170/06, datado de 17/03/2006 - Emília Gomes Martins Neto e Zita Margarida Duarte Pereira
38. Req.º nº 527/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º n.º 548/05, datado de 26/07/2005 - Imoembra - Empreendimentos Imobiliários Lda.
39. Req.º nº 356/19, datado de 20/02/2019 - Proc.º n.º 368/08, datado de 27/11/2018 - Fernando Carriça - Construção Civil, Lda
40. Req.º nº 509/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 225/2019, datado de 15/03/2019 - Nuno Miguel Lopes Machado e Maria João Mota Filipe Gândara
41. Req.º nº 178/19, datado de 16/05/2019 - Proc.º n.º 178/19, datado de 16/05/2019 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
42. E/3382/2019 - pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural- Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
43. E/4949/2019 - pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural- GALP ENERGIA

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

44. Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 30 de junho apresentado pelo Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda.
45. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia – ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande
46. Assinatura de protocolo de parceria para candidatura ao Programa EEA Grants, como parceiro da DRCC e outros municípios
47. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Clube Recreativo Amieirinhense - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019
48. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019
49. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - ASURPI- Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019
50. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural I. Clube Desportivo e Recreativo da Amieira
51. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Clube Desportivo e Recreativo da Amieira - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019

- 52. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural II. Clube Recreativo Amieirinhense
- 53. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Clube Recreativo Amieirinhense - Organização das Marchas Populares da Marinha Grande – 2019

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

- 54. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson - Encontros Terapêuticos com Parkinson.
- 55. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos - Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades.
- 56. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação para Desenvolvimento Económico e Social da Região MG - Salas de Estudo “O Nosso Mundo” e “Gabinete Mão Aberta”.

ATIVIDADE FÍSICA

- 57. Torneio de futebol interescolas. Nova designação
- 58. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - SIR 1º Maio - XV Torneio de Andebol praia – 2019

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

- 59. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Marinha Grande Nascente – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase
- 60. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Marinha Grande Poente – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase
- 61. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Vieira de Leiria – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

- 62. Responsabilidade civil extracontratual - Pedido de indemnização por danos em portão de moradia – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Ambrósio Mourato de Sousa – inscreveu-se para falar sobre o barulho de uma oficina de moldes que está paredes meias com a sua habitação, sita na Rua Mestre José da Silva Roque, n.º 31, Picassinos, Marinha Grande.

Referiu que desde 1991 que apresenta o assunto à Câmara. Queixa-se de falta de potência dos electrodomésticos devido às máquinas da oficina, e também de a sua casa tremer com grande intensidade, o que o assusta. A resposta da Câmara, em 1991, foi de que a oficina não podia ali estar, não tinha viabilidade. Também enviou uma carta para Coimbra, foram ao local, mas o proprietário disse que já não trabalhava nessa atividade, só em desenho de moldes, no entanto a entrada de camiões continuava a danificar-lhe os muros e nunca era ninguém.

Agora está preocupado porque a oficina está fechada mas parece que foi vendida, e nesta altura da sua vida já não está com saúde para suportar todos estes ruídos da atividade. A sua casa é a mais afetada, porque está logo pegada com a oficina. Entende que a instalação não pode estar ali, junto das casas.

Terminou entregando à Sr.ª Presidente fotos do estado dos pilares da sua casa.

2. Sr. Pedro José Henriques Carvalho – inscreveu-se para falar sobre as coimas que lhe foram aplicadas por causa de 2 poços que tem no seu terreno, sito na Rua dos Pires, Guarda Nova.

Referiu que reside no concelho da Batalha, mas tem propriedades no concelho da Marinha Grande. Uma delas na Guarda Nova, na Rua dos Pires, que tem 2 poços, que estavam tapados, mas que as crianças de famílias que ali residiam (em 2016/2017) tiravam sucessivamente. Os fiscais da Câmara levantavam os autos, pagou uma multa, outra deixou ir para Tribunal. As crianças já há cerca de 2 anos que ali não vivem, pelo que pede à Câmara que tome algumas medidas porque como não reside aqui não pode estar sempre a vigiar.

Aproveitou também a ocasião para dizer que tem uma casa de madeira no Brejo de Água, que é sucessivamente assaltada. A PSP já por lá passa, a vigiar, mas teme denunciar, devido às famílias em causa.

A Sr.ª Presidente referiu que as duas situações apresentadas não se podem resolver aqui, tendo respondido o seguinte:

- Sr. Ambrósio – percebe que é um caso de preocupação do tipo de licenciamento que a Câmara irá dar quando a atividade voltar, uma vez que as instalações foram vendidas. É mais uma questão de precaução, porque nesta data não há problema. A terminar, a Sr.ª Presidente disponibilizou-se para marcar uma reunião com o munícipe.
- Sr. Pedro Carvalho – trata-se da isenção de uma multa, mas tem que ver que processo existe na Câmara. O Sr. Pedro diz que tem os poços fechados, mas terá que fazer o levantamento do processo para apreciar. No intervalo irá pedir-lhe o contacto para depois lhe dar conta do ponto de situação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.^a Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

O Sr. Vereador Nuno Brito cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. *“Gostaria de felicitar o sucesso das Festas da Cidade, nesta edição de 2019, quer a nível de toda a logística envolvida, designadamente: das Coletividades, Associações e Clubes envolvidos que, a meu ver, cumpriram e desempenharam bem o seu papel; de louvar, também, a participação de vários artistas locais na animação deste evento, que considero uma mais valia para estas festas, assim como a colocação de uma tenda em todo o espaço em frente às tasquinhas, que protege do sol, da chuva, do vento e do frio.
Por último, referir que a aposta em aproveitar o feriado da quinta-feira da Ascensão, para o primeiro dia das Festas da Cidade, creio que foi uma aposta ganha, na medida em que esteve bastante gente no recinto e, depois de auscultar algumas associações, soube que estavam surpreendidos pela positiva e pela adesão, neste dia, e que fizeram um bom movimento, com vendas significativas, tendo em conta que antecedia um dia de semana e de trabalho.”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, sobre as intervenções dos munícipes, fez alguns comentários, entre os quais:

- Sr. Ambrósio – tem um assunto de vários anos, que o preocupa, e que deve ser analisado.
- Sr. Carvalho – trata-se de uma multa, que tem que se analisar a situação.
A segunda questão já é uma questão de segurança. É mais preocupante porque a segurança da nossa comunidade é um assunto que deve preocupar. Há que analisar e perceber o que se passa.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Deixo um registo de apreço e agradecimento pelo modo como decorreram as Festas da Cidade, com elevação, sem problemas, e uma palavra de conforto a todos os que trabalharam, realçando as associações, clubes, coletividades, artistas marinhenses, os colaboradores da Câmara.

Naturalmente há sempre algo a acrescentar e por isso sugiro que se faça uma reunião com todas as entidades para ouvir e melhorar nas Festas da Cidade de 2020. Dessa reunião gostaria que fosse elaborada uma ata e que nos fosse entregue uma cópia, junto do relatório final que a Câmara deve elaborar, onde incluirá esses detalhes e o balanço.

1. FELICITAÇÕES

- a. *Felicitar o Atlético Clube Marinhense, os seus dirigentes, atletas e treinadores, pela conquista da taça distrital em futebol, bem como a supertaça distrital. De realçar que a equipa sénior do ACM este ano ganhou todas as competições onde esteve envolvido.*
- b. *Felicitar de novo a marinhense Isabel Cardoso, por ter vencido a taça de Portugal em andebol, ao serviço do Colégio de Gaia.*
- c. *Felicitar o Inline Marinha Grande e os seus dirigentes, pela organização do Campeonato Nacional de Estrada de Patinagem de velocidade. Neste campeonato felicitar o patinador Antonio Piteira do Agrupamento de escolas Marinha Grande Poente, por ter alcançado 2 títulos de Campeão Nacional, nas provas de 1 volta ao circuito e nos 100 mts sprint e 2 títulos de Vice-campeão Nacional, nas provas de 5.000 mts pontos e 5.000 mts a eliminar.*
- d. *Felicitar o marinhense Joel Colaço por se ter tornado campeão Ibérico de Muaythai.*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.

1. Empresa Time Molde II - PC N.º 22/15 – Moita

Em 12 de março falei aqui sobre esta empresa que desde 2015 está a tentar legalizar-se e está disposta a pagar 27.000,00€ para lhe fazerem as infraestruturas em frente à sua empresa: rua, passeios, iluminação, saneamento, telecomunicações.

O vereador Caetano falou de imediato com o município, e bem, disse que iria ter uma resposta breve, mas desde então não atende telefonemas nem resolve o problema. É o normal modus operandi do vereador Caetano - tudo tratado, nada resolvido!

Passaram 3 meses, afinal o que se passa?

2.

2. *A APAMG enviou dois mails com situações de colónias de gatos nas ruas e a necessidade de esterilização. Referem também uma situação dum cão abandonado à noite, ligaram para a Câmara e ninguém resolveu o problema.*

Pretendia que informassem:

1. *Qual o ponto de situação da candidatura à esterilização de animais vadios?*
2. *Este trabalho está a ser feito sobre esterilização com as associações protetoras dos animais a trabalharem na nossa terra?*
3. *Quando alguém tem um problema com um animal durante a noite a quem se devem dirigir? Existe um piquete de prevenção? A Veterinária municipal não está contactável, por algum motivo?*

2.

3. Lota da Praia da Vieira

O vereador Caetano informou que a obra da lota iria começar a 8 de maio e terminar em 15 dias, ou seja, ainda em Maio.

A faina já começou, mas a obra da lota ainda está por começar.

Mais um exemplo do vereador Caetano: estamos a tratar, está quase a fazer-se, mas não se sabe é quando e temos a certeza que já está a ser necessária e não está realizada.

2.

4. *Como está a situação das esplanadas em S. Pedro?*

A época balnear começa para a semana, nada está feito e os utilizadores das esplanadas não têm conhecimento da situação.

Disseram-nos nas reuniões anteriores que vai ser feito, não sabem quando, mas era preciso estar pronto antes do Verão.

Apenas mais um exemplo do que temos vindo a constatar pela parte da responsabilidade da Câmara, e neste caso, e mais uma vez, do vereador Caetano.

2.

5. *Na reunião passada a Sra. Presidente informou que os concessionários da Praia da Vieira que pagaram as taxas para obras de reconstrução já foram ressarcidos desse valor. No entanto, a informação que tenho é que não é verdade, e que, os concessionários, ainda não receberam o que pagaram.*

Gostaria de requerer o comprovativo do valor ressarcido.

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.

1. *Quinta-feira da Ascensão*

Há sete meses, logo após a tempestade Leslie, alertei para a necessidade da abertura da estrada da volta aos 7 estar aberta, pelo menos, na quinta-feira da Ascensão, pois é um dia icónico para os marinhenses.

Na reunião passada informei que as árvores já estavam retiradas da estrada desde a Orbitur até à Ponte Nova, e por isso já existem alguns recantos para onde os marinhenses podem ir fazer piqueniques. Surpreendentemente na quinta-feira da Ascensão os blocos de cimento que se encontravam à frente da Orbitur não foram removidos e, portanto, os marinhenses não puderam usufruir daqueles espaços de lazer. Poderíamos pensar que o motivo era por não estarem ainda em condições, mas o extraordinário é que no dia seguinte, na sexta-feira, os blocos de cimento estavam removidos e já foi possível passar e ver marinhenses durante o fim-de-semana, a fazerem piqueniques na zona das árvores e até na descida para a Ponte Nova.

Porquê a maldade de não abrir na quinta-feira da Ascensão. É lamentável que a Sra. Presidente não tenha providenciado para que os marinhenses pudessem usufruir desse espaço, que, como se comprovou no dia seguinte, estava pronto a ser utilizado.

3.

2. *Judo 4ALL*

Desde janeiro que está a decorrer o projeto Judo4ALL. É efetivamente um evento para todos, e congratulo-me com a iniciativa dos diversos parceiros, entre os quais o Judo Clube da Marinha grande, o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, a APPACDM, o Desporto Escolar, etc.

Na passada segunda-feira, o Sr. Secretário de Estado do Desporto veio reconhecer e valorizar este projeto inovador e inclusivo.

Estive presente e agradeço a quem me convidou, que, infelizmente, não foi a Sra. Presidente. Uma vez mais, um projeto onde a Câmara está envolvida, nós, os membros da Câmara Municipal não fomos convidados pela Sra. Presidente. Não é novidade, e vem no seguimento da prática que tem utilizado, relembro apenas a visita do Sr.

Presidente da República que veio visitar o Concelho e jantar com os autarcas, e nós, a oposição, não tivemos conhecimento, nem fomos convidados.

É uma prática da Sra. Presidente com que não me identifico, mas o que mais surpreende é que a estas ações não correspondem ao que diz e escreve nos jornais. Quando lemos que a Sra. Presidente diz “ter negociado com a oposição de forma a encontrarmos equilíbrios necessários”. Que negociação? Como está comprovado a negociação é unilateral, a não ser que a negociação seja com a CDU, do lado do MPM posso dizer que não é verdade o que a Sra. Presidente disse ao jornal.

Sra. Presidente não valem pelo que dizemos ou escrevemos, mas pelo que fazemos, e as ações ficam com quem as pratica. E o que fez na segunda-feira, é o exemplo do que a Sra. Presidente tem feito.

3.

3. *Continuamos a aguardar respostas aos esclarecimentos. Não são dados na reunião nem são enviados posteriormente. Alguns exemplos:*

- *A lista de obras a fazer na Resinagem*
- *Qual o valor da dívida que prescreveu desde 2013 no processo que foi declarado nulo numa reunião passada.*
- *Relativamente à empresa Chama de Sucesso na Vieira, e da taxa de 15.000€ que a Câmara exige por não enquadrar corretamente a atividade económica desta empresa, gostaria de saber como está este assunto e se já existe resposta da CCDR.*
- *Em agosto do ano passado houve um problema com as águas do Foz do rio Lis e do Ribeiro de S. Pedro, em que a Sra Presidente e o seu gabinete não resolveram, nem responderam à autoridade de saúde. Foi feito um inquérito. Na reunião passada pedimos o relatório desse inquérito, mas não nos foi enviado.”*

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Felicitou a organização das Festas da Cidade, em particular as associações, e alertou para que no próximo ano o concurso seja aberto mais cedo.
- Concorda com quase tudo o que o Vereador Nuno disse, à exceção das festas na quinta-feira da Ascensão. O feriado deve ser festejado de outra forma, independentemente de as festas poderem, e deverem ser mais dias.
- Época balnear
 - No site da APA diz que na Vieira a abertura é a 1 de junho, mas está errado, é 15 de junho.
 - Esplanadas em S. Pedro e reposição dos gradeamentos junto à fonte.
 - Rua Aníbal Bettencourt – há alguma novidade?
- E-mail sobre os animais – também ficou preocupada com o facto de a associação dizer que há entraves na entrada das viaturas nos estaleiros. O Vereador disse que ia fazer uma reunião com as duas associações. Quer saber se já foi feita.
- Como está o agendamento da reunião com Casal Galego?
- E os estaleiros da Vieira, está resolvido?
- Apreciação sobre as reuniões da Câmara – gostaria que as intervenções dos 8 minutos não fossem encaradas como críticas, mas sim como uma mais-valia e com seriedade, e que as suas propostas fossem aceites. Entende que deveria haver mais flexibilidade e diálogo, uma vez que estas ocasiões são as únicas que têm para expor os assuntos.

O Sr. Vereador Álvaro Letra cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Referiu que vai levantar questões que já aqui colocou, mas se as aborda é porque não foram resolvidas.
- Também se quer congratular com o sucesso das festas, discorda do Vereador Nuno e concorda com a Vereadora Lara, em relação à quinta-feira da Ascensão, que é um feriado amovível.
- Hoje teve conhecimento do encerramento do Posto Médico da Moita. O que se passa?
- Qual o ponto de situação do mercado da Marinha Grande, da piscina e da adutora dos Picotes?
- Limpeza do areal da Praia da Vieira – entende que não se deve estar à espera da abertura da época banhar. Tem que se atuar cedo, porque o bom tempo já levou muita gente à praia no fim-de-semana.
- A situação da lota e do Posto Marítimo não abonam para o turismo. Peca-se por atuar tardiamente.
- Parque infantil da Praia da Vieira – as crianças merecem melhor parque, e até já sugeriu um local que considera ideal.
- Estrada de acesso à Galeota – era uma fuga para quem ia para Leiria.
- Águas do Lis, quando aparecem castanhas – tem que haver uma fiscalização mais acentuada, para não se correr novamente o mesmo risco.
- Faixa florestal de proteção à Praia da Vieira – sugere que a Câmara e a Junta façam a sua parte, para dar o exemplo aos particulares.
- Monumento aos Náufragos do Salsinha – há 6 meses que levanta este problema. Para quando? O porquê daquele estado?
- Estuarino – sabe que é um problema de insolvência de uma empresa, houve novo concurso, a empresa que perdeu recorreu e depois não soube mais nada. Qual é o ponto da situação? Já foi resolvido? É a APA que está a entrar o processo?
- Condições dos estaleiros e oficinas na Vieira – estão degradadas e são perigosas em relação ao quadro eléctrico. Não há qualquer tipo de condições para os trabalhadores.
- Gradeamento dos tanques de água no acesso entre a Praia e a Vieira – é necessário fazer a proteção.

A Sr.^a Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte às questões da sua área:

- Empresa Time Molde, Moita – este empresário construiu uma empresa ilegal onde não podia. Mas está lá e fez todas as diligências para legalizar a empresa. Agora está legal, só que foi construída num local onde não havia infraestruturas. Como tal, ficou decidido, aquando da aprovação do projeto, que ele pagaria a construção das infraestruturas, desde que o valor seja aplicado aí e rapidamente. Disse-lhe que a construção dessa rua devia ser integrada no plano de arruamentos da Moita. Logo que o plano esteja definido, o que está a ser feito, poderá responder quando é que a rua é feita. O pagamento só com a construção é que não é possível, tem que ser com a licença. Espera ter o planeamento para as ruas a intervir concluído no fim de julho.
- Candidatura para esterilização de animais – a candidatura da Câmara já foi lançada na plataforma, prevê a atribuição de 15.000€ por município e termina a 30 de novembro.

Este foi um trabalho só a nível dos serviços municipais. A ideia, para depois, é envolver os animais das associações. A resposta é sim, a CMMG está a aproveitar este programa do Governo.

- Em relação ao piquete, informou que a Câmara não tem, porque tem uma extrema dificuldade em termos de pessoal. Há a veterinária, com 2 funcionários, e foi aberto concurso para mais 2 pessoas. Talvez depois já seja possível fazer uma escala para um piquete nocturno. A recolha nocturna, atualmente, é feita pelos Bombeiros, no âmbito de um protocolo que existe.
- Lota da Praia da Vieira – contava arrancar com a obra no dia 9 de maio. Estava tudo a correr bem, mas a empresa começou a ficar com dificuldades em entrar em obra. Reuniu com eles e verificou que o problema era com o fornecedor das madeiras. Dada a sua boa vontade, ficou a aguardar, e agora está previsto entrar na obra dia 10 de junho. Já aqui reuniu com as companhas no ativo e falaram sobre o problema no sentido de minimizar os constrangimentos. Decidiu-se, em conjunto, colocar uma tenda durante as 2 semanas da obra, caso seja necessário.
- Esplanadas de S. Pedro – a última vez que esteve lá com os técnicos foi no dia 23 de maio. Dos 3 proprietários estiveram no local 2, verificou-se que há ali infraestruturas enterradas e eles querem uma intervenção mais profunda e não uma coisa provisória, e que seja feita depois do verão. Estranha, por isso, que eles digam que não sabem de nada.
- Em resposta à Vereadora Lara - sobre as barreiras de proteção na praça, em S. Pedro, disse que vai ser feito um enrocamento entre o café da praia e as piscinas e vai ser colocada pedra já esta semana, e dá jeito estar aberto para descarregar a pedra.
- Rua Aníbal Bettencourt – já foi adjudicada, o estaleiro vai ser montado terça-feira, para se iniciar a obra.
- Restrição de entrada dos carros da APAMG nos estaleiros – não faz sentido, vai ver o que se passa. Já reuniu com uma das associações, falta a APAMG.
- Estaleiros da Vieira – a rede de água quente já foi reposta. O procedimento está concluído, só falta a empresa entrar em obra. Poderá ir saber mais informações, que não tem de momento.
- Sobre o modo como decorrem as reuniões disse que registou a opinião da Sr.^a Vereadora Lara Lino.
- Em resposta ao Sr. Vereador Álvaro – referiu que sobre a lota já respondeu e fez o ponto da situação.
- Adutoras – o projeto para Picotes/S. Pedro será entregue este mês, para se abrir o concurso. Para Picotes/Marinha Grande está previsto ser entregue em setembro.
- Enterramento do lixo orgânico da Praia da Vieira – desde a abertura da época, e durante toda ela, faz-se a limpeza, é aberto um procedimento para isso. Já foi feito, ficou deserto, e agora já se abriu outro, mas por isso não se pode começar no dia um.
- Estrada da Galeota – fez uma reunião com os habitantes e ficou decidido reabrir o pontão, e já foi lançado um procedimento para a pavimentação, desde a ponte até à Galeota.
- Estuarino – a Sr.^a Presidente tem mais informação. O que agora vai ser feito é a pavimentação, desde as casas de banho até ao Estuarino, e também vão ser feitos os passeios. É o que a Câmara pode fazer já, para dar mais conforto. Também vai ser agora pavimentada parte da Rua da Lagoa.

O **Sr. Vereador Álvaro Letra** perguntou se o processo ainda está em Tribunal ou não.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que neste momento não sabe, mas comprometeu-se a fazer o levantamento do processo.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte às questões da sua área:

- Sobre as Festas da Cidade referiu que só se pode congratular com o sucesso e com as novidades implementadas. A quinta-feira da Ascensão não foi problema e as pessoas vieram.
É sempre realizada uma reunião com os funcionários e outra com as coletividades, que será, este ano, dia 12 de junho. Faz-se sempre um relatório da reunião, que é enviado para as coletividades e que também poderá enviar aos Srs. Vereadores.
- AAF's e CAAF's – espera que venham na próxima reunião.
- Monumento aos Náufragos do Salsinha – a Câmara teve dois orçamentos muito caros, e por isso pediu ajuda e colaboração à Junta de Freguesia.
- Reunião com Casal Galego – já reuniu com eles para perceber o que pretendem e combinou com a Dr.ª Patrícia que se hoje a reunião não for muito longa ela virá aqui falar com todos.
- Parque infantil da Praia da Vieira – não é possível onde o Vereador Álvaro sugere (antigo mercado), mas tem que se encontrar outro local.

Nesta altura a **Sr.ª Presidente** ausentou-se da reunião para ir saber o que se passa com o Centro de Saúde da Moita. Tem estado também a falar com a Diretora da ARS para tentar perceber.

Quando regressou, informou que o problema não é o encerramento mas somente a ausência do funcionário administrativo, e então é feito um aviso, cujo conteúdo leu.

Tem estado a tentar que o problema desta ausência seja resolvido e quer tranquilizar a população de que não se trata de uma questão de encerramento do polo.

Seguidamente a Sr.ª Presidente respondeu às seguintes questões:

- Abertura e fecho das estradas florestais – não pode responder ao Sr. Vereador sobre isso, o que pode dizer é que tem tentado sensibilizar o ICNF para a necessidade da população da Marinha Grande utilizar o espaço que não ardeu. Também tem falado com um dos madeireiros que é da Marinha Grande e que conhece, e as árvores que estão a ser cortadas são só aquelas que arderam ou que caíram com o Leslie. Não são outras, como por aí se diz.
Tem feito pressão junto das entidades responsáveis, ICNF e Secretário de Estado, mas também eles têm procedimentos e prazos a cumprir. Esta é que é a realidade e a verdade dos factos. A CMMG só vai até onde pode ir, no sentido de ter as matas e as praias do concelho limpas, e todos deveriam estar unidos na resolução destes problemas.

Seguiu-se uma troca de palavras entre a **Sr.ª Presidente** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira**, que a interrompeu.

- A **Sr.ª Presidente** esclareceu que o projeto do Judo foi da responsabilidade da Escola Calazans Duarte, que convidou a Câmara, da mesma forma que também convidou o Sr. Vereador, que está sempre a voltar ao mesmo, tal como é o caso da deslocação do Presidente da República.
Diz que negocea com a CDU, e ainda bem, porque se assim não fosse não teríamos orçamento. E está-se a fazer muito, como é o caso do Centro de Saúde, que é uma situação de negociação, assim como o desbloqueamento da criação da Unidade de Saúde Familiar, como a colocação de mais médicos, enfermeiros e administrativos.

Isto resulta de trabalho e esforço, tal como também aconteceu com a Escola Guilherme Stephens. A isto o Sr. Vereador não faz referência, como também não fala na deslocação da Secretária de Estado da Justiça, que aqui veio assinar o protocolo para a instalação das Conservatórias no edifício do Atrium.

O Sr. Vereador só quer denegrir o trabalho realizado, só aponta o que está mal e não aponta o que está bem.

- Em resposta ao Sr. Vereador Álvaro Letra – a **Sr.ª Presidente** disse que a Câmara se preocupa com as águas do Rio Lis e tem também tentado ver qual é a parte do Estuarino que compete à Câmara e aquela que é da APA.
Sobre o Rio Lis tem vindo a falar com os Presidentes das Câmaras de Leiria e da Batalha, e este novo Secretário de Estado tem uma visão diferente sobre a participação dos municípios nas ETA's. O assunto não está esquecido e a Câmara tudo fará.
- Estaleiros da Vieira – tem consciência da necessidade e espera que as obras se iniciem na próxima semana.
- Posto Marítimo – é da Capitania, que pediu ajuda para a retirada dos materiais. Já foi feito pela Junta, e por estes dias irá uma empresa de demolições que contrataram. Para assegurar o verão colocaram um contentor e depois farão obras. Esta é a informação de que dispõe.
- Corte dos pinheiros e faixa de gestão – está a decorrer e a Câmara irá cumprir com a sua obrigação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** insistiu no envio das respostas que tem vindo a pedir.

A **Sr.ª Presidente** disse que vai verificar e enviar.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** pediu que a informação seja enviada para todos.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:30 horas às 17:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. **Proposta de aquisição prédios urbanos n.º 2316 e n.º 3250 - Rua Alexandre Herculano n.º 19 e n.º 21 - Freguesia da Marinha Grande**

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“A ideia parece-nos bem, traria "habitantes" para o centro tradicional.

Gostaríamos de saber se se trata de um protocolo com o IPL.

A requalificado do edifício é da responsabilidade do município ou fica ao cargo do IPL?

Não carece de validação do tribunal de contas?

O valor das obras será convertido em renda que se estenderá pelos anos até à sua liquidação?

Os estudantes do IPL virão de Leiria? em que transporte ? O que farão à noite no centro tradicional? Ou será que teremos apenas um dormitório?

Retenho que a deliberação menciona o seguinte: “Considerando que é prioritária a revitalização do Centro Tradicional da cidade da Marinha Grande” Estamos de acordo, mas para além desta aquisição por parte da Câmara onde estão os incentivos para que os proprietários façam obras ou sejam adquiridos por terceiros para requalificar? Refiro, p.e. a isentar as taxas de urbanização. Onde está um projeto de requalificação e envolvimento da zona tradicional, de modo a que esta aquisição não seja apenas um episódio isolado?”

A **Sr.ª Presidente** referiu que o objetivo da Câmara é trazer gente para o centro da cidade e, eventualmente, radicarem-se na Marinha Grande. O IPL tem que fazer candidaturas para os centros de estudantes, a Câmara disse que teria todo o gosto em participar. Está em orçamento a aquisição deste prédio, mas só agora se acordou o valor. Há uma intenção de protocolo com o IPL, que ainda não foi formalizado, mas terá regras semelhantes às das outras residências de estudantes que o IPL já tem.

O **Sr. Vereador Álvaro Letra** disse que não põe em causa a aquisição, mas se o IPL não trouxer um polo para a Marinha Grande a residência fica sem sentido, ou então passará a ser apenas um dormitório de estudantes que durante o dia irão para Leiria.

A **Sr.ª Presidente** voltou a explicar os objetivos da aquisição.

O **Sr. Vereador Álvaro Letra** disse que tudo o que seja para revitalizar o centro da cidade é bem-vindo.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** referiu que também deveria ser assegurada uma boa rede de transportes, a biblioteca deveria ser adaptada aos alunos universitários e o comércio também se deveria adaptar, nomeadamente na diversão, mas a instalação talvez seja a alavancagem para tudo isto.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende que não é esta aquisição, por si só, que vai revitalizar o centro. Ela deverá ser integrada num projeto abrangente para o centro tradicional, que passa por isentar de taxas, obrigar a fazer obras e se não forem feitas fazer o agravamento do IMI.

A **Sr.ª Presidente** respondeu que para isentar as taxas, como o Sr. Vereador sabe, tem que se alterar o regulamento, que está em fase de execução.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

442 - Considerando que é prioritária a revitalização do Centro Tradicional da cidade da Marinha Grande;

Considerando que a Câmara Municipal tem a responsabilidade material de promover as iniciativas que entenda ajustadas ao desenvolvimento económico e social dentro do seu território;

Considerando que existem na Cidade da Marinha Grande 3 pólos de ensino profissional, superior e de investigação científica de relevante interesse para o concelho;

Considerando que estes pólos de educação e formação especializada atraem anualmente alunos e investigadores oriundos de diferentes regiões do país e até mesmo do estrangeiro;

Considerando que é importante para a cidade e para o concelho a atração e fixação de quadros técnicos especializados para resposta às necessidades da indústria local;

Considerando que outros concelhos têm desenvolvido parcerias de sucesso, nomeadamente com o Instituto Politécnico de Leiria, para a criação de Residências de Estudantes, como forma de atrair mais alunos para os seus territórios;

Considerando que no centro tradicional da cidade se encontra o **prédio urbano n.º 3250**, descrito na Conservatória do Registo Predial da Freguesia da Marinha Grande com o **n.º 8290/19710508**, situado na Rua Alexandre Herculano, n.º 21, com características adequadas e potencialidade para se converter numa Residência de Estudantes, sendo proprietário do mesmo a sociedade comercial **ARTUR DE OLIVEIRA NOBRE E FILHOS, LDA, NIPC e único de matrícula 500 633 207**, com sede na Rua Alexandre Herculano, 21, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o capital social de sete mil e quinhentos euros, conforme consulta à certidão permanente 8275-2662-1079, representada por **ARTUR ALBERTO DA SILVA FELIZARDO NOBRE** na qualidade de único sócio e gerente da sociedade comercial por quotas;

Considerando que a aquisição do **prédio urbano n.º 2316**, descrito na Conservatória do Registo Predial da Freguesia da Marinha Grande com o **n.º 280/19850307**, situado na Rua Alexandre Herculano, n.º 19, cria uma mais valia para o projeto supra identificado, sendo proprietário do mesmo **ARTUR ALBERTO DA SILVA FELIZARDO NOBRE e mulher LÍDIA ROSA SOARES NOBRE**, residentes na Rua Cidade de Nampula, n.º 2, 4.º dto, Santa Maria dos Olivais, Lisboa, NIF 113 375 824 e 116 857 005;

Considerando que o prédio urbano 2316 foi avaliado em **49.270,00 euros**, e o prédio urbano 3250 foi avaliado em **176.441,00 euros**, de acordo com relatório de avaliação, elaborado por perita avaliadora de imóveis inscrita na CMVM, que se dá por integralmente reproduzido, somando um total de **225.711,00 euros**;

Considerando que na sequência de negociações com o proprietário do imóvel, representado pela Senhora Maria João Marques, consultora imobiliária da Century 21, se alcançou um acordo que fixa o montante da aquisição nos seguintes valores:

- prédio urbano n.º 3250 - 200.000,00 euros
- prédio urbano n.º 2316 - 50.000,00 euros

Propõe-se à Câmara Municipal autorizar a aquisição dos dois prédios identificados pelo valor total de 250.000,00 euros, conforme minuta de escritura em anexo e que se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

- Adquirir o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8290/19710508, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 3250, a favor de ARTUR DE OLIVEIRA NOBRE E FILHOS, LDA pelo valor de 200.000,00 euros;

- Adquirir o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 280/19850307, inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 2316, a favor de ARTUR ALBERTO DA SILVA FELIZARDO NOBRE e mulher LÍDIA ROSA SOARES NOBRE pelo valor de 50.000,00 euros;

- Aprovar a minuta da escritura a celebrar no Cartório Notarial da Marinha Grande que se dá por integralmente reproduzida.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GABINETE MUNICIPAL PROTEÇÃO CIVIL

2. Adenda ao protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“O apoio na totalidade este ano às duas associações foi de 230.000,00€ para a Marinha e 85.000,00€ para a Vieira.

Gostaria de saber quanto é que estes valores correspondem ao valor percentual das despesas das corporações.

Estes montantes são muito ou pouco para as necessidades?

Qual a razão para haver uma diferença tão significativa entre as duas associações?

Qual o critério de atribuição de cada uma das verbas?

Como está o incentivo ao voluntariado nos bombeiros, de acordo com o documento entregue em 2016 pelo comandante dos bombeiros?”

A **Sr.ª Presidente** disse que não tem esses dados, e informou que se tem feito uma proporcionalidade em função da população e dos serviços prestados por cada uma das Associações. E está-se também a dar uma ambulância a cada uma das Corporações.

Seguiu-se uma discussão sobre os critérios dos valores a atribuir, após a qual a Sr.ª Presidente colocou a votação as seguintes propostas:

443 - Considerando o protocolo de cooperação e apoio financeiro com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 14/12/2018 e celebrado a 21/12/2018.

Considerando que as missões desenvolvidas pelos corpos de bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários se revestem de inequívoco interesse público.

Considerando que os referidos corpos de bombeiros são agentes fundamentais no âmbito da proteção civil.

Considerando que os objetivos legalmente atribuídos à proteção civil municipal carecem de uma intervenção permanente e ativa dos corpos de bombeiros.

Considerando que os corpos de bombeiros são essenciais e imprescindíveis à salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando o aumento dos custos com as despesas correntes de funcionamento da associação, que colocam em causa a sua sustentabilidade económica-financeira para futuro e prejudicam a sua capacidade em manter o corpo de bombeiros com o efetivo necessário para cumprir com a sua missão no âmbito da proteção civil municipal.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, nos termos da alínea 4 da cláusula n.º 4 do protocolo de cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, delibera:

I. Reforçar o apoio financeiro concedido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, no âmbito do protocolo de cooperação anual, no valor de euros: 40.000 € (quarenta mil euros), verba que se encontra inscrita nos documentos provisionais - PAM, com o código 2018/A/54, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º;

II. Aprovar a adenda ao Protocolo de Cooperação assinado entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande em 21 de dezembro de 2018, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

3. Adenda ao protocolo de cooperação e apoio financeiro a celebrar com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira Leiria

O **Sr. Vereador Álvaro Letra** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Tesoureiro da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

444 - Considerando o protocolo de cooperação e apoio financeiro com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara de 14/12/2018 e celebrado a 21/12/2018.

Considerando que as missões desenvolvidas pelos corpos de bombeiros das associações humanitárias de bombeiros voluntários se revestem de inequívoco interesse público.

Considerando que os referidos corpos de bombeiros são agentes fundamentais no âmbito da proteção civil.

Considerando que os objetivos legalmente atribuídos à proteção civil municipal carecem de uma intervenção permanente e ativa dos corpos de bombeiros.

Considerando que os corpos de bombeiros são essenciais e imprescindíveis à salvaguarda de pessoas e bens.

Considerando o aumento dos custos com as despesas correntes de funcionamento da associação, que colocam em causa a sua sustentabilidade económica-financeira para futuro e prejudicam a sua capacidade em manter o corpo de bombeiros com o efetivo necessário para cumprir com a sua missão no âmbito da proteção civil municipal.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, nos termos da alínea 4 da cláusula n.º 4 do protocolo de cooperação e apoio financeiro celebrado com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, delibera:

I. Reforçar o apoio financeiro concedido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, no âmbito do protocolo de cooperação anual, no valor de euros: 15.000 € (quinze mil euros), verba que se encontra inscrita nos documentos provisionais - PAM, com o código 2018/A/56, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º;

II. Aprovar a adenda ao Protocolo de Cooperação assinado entre o Município da Marinha Grande e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, em 21 de dezembro de 2018, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

4. Protocolo de colaboração para a aquisição ambulâncias e equipamento de socorro de socorro ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marinha Grande

445 - Presente a E/2604/2019 referente ao pedido de apoio para a aquisição de uma ambulância e outro equipamento para fazer face à atividade de prestação de socorro e transporte de doentes pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Marinha Grande, no valor de 56.884,00 euros + IVA à taxa legal em vigor;

Presente informação do Gabinete Municipal de Proteção Civil, n.º I/1110/2019, sobre o assunto em epígrafe, contendo proposta de teor do Protocolo de cooperação para apoio financeiro a celebrar entre o Município da Marinha Grande e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Apreciados os documentos acima referidos e discutido o assunto, a Câmara Municipal, considera que é de extrema importante a melhoria das condições de transporte dos doentes urgentes sendo necessário apoiar as AHBV na aquisição de equipamentos capazes de dar resposta de forma célere e eficaz às ocorrências de proteção civil e socorro no concelho.

Considerando o exposto, e que existe dotação em orçamento na ação 2018/A/55, a Câmara Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, na sua redação atual, delibera:

I. Aprovar a atribuição de um apoio de 60.000,00 euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande para a aquisição de ambulância e equipamento de socorro ao serviço dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande;

II. Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. Protocolo de colaboração para a aquisição ambulâncias e equipamento de socorro de socorro ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira Leiria

O **Sr. Vereador Álvaro Letra** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Tesoureiro da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

446 - Presente a E/11116/2018 referente ao pedido de apoio para a aquisição de uma ambulância e outro equipamento para fazer face à atividade de prestação de socorro e transporte de doentes pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, no valor de 54.269,00 euros + IVA à taxa legal em vigor;

Presente informação do Gabinete Municipal de Proteção Civil, n.º I/1110/2019, sobre o assunto em epígrafe, contendo proposta de teor do Protocolo de cooperação para apoio financeiro a celebrar entre o Município da Marinha Grande e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida;

Apreciados os documentos acima referidos e discutido o assunto, a Câmara Municipal, considera que é de extrema importância a melhoria das condições de transporte dos doentes urgentes sendo necessário apoiar as AHBV na aquisição de equipamentos capazes de dar resposta de forma célere e eficaz às ocorrências de proteção civil e socorro no concelho.

Considerando o exposto, e que existe dotação em orçamento na ação 2018/A/57, a Câmara Municipal, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com a alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do mesmo diploma, na sua redação atual, delibera:

I. Aprovar a atribuição de um apoio de 60.000,00 euros à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria para a aquisição de ambulância e equipamento de socorro ao serviço da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande;

II. Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6. Acordo entre o município da Marinha Grande e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra sobre para o estudo do risco de inundação na zona costeira

447 - Presente informação do Gabinete Municipal de Proteção Civil, n.º I/1105/2019, sobre o assunto em epígrafe, contendo proposta de teor do Acordo de colaboração entre o Município da Marinha Grande e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Centro de Estudos Sociais, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Apreciados os documentos acima referidos e discutido o assunto, a Câmara Municipal, considera que é de extrema importância o estudo da vulnerabilidade e da exposição de pessoas e bens que culminem no desenvolvimento de estratégias que contribuam para melhores formas de planeamento e de resposta à emergência no concelho.

Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, nos termos da alínea j), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:

I. Aprovar o teor do Acordo, a assinar entre o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o Centro de Estudos Sociais, cujo teor se anexa e se dá por integralmente reproduzido;

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

7. Resumo de Tesouraria do dia 28 de maio de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.213.600,25€** (catorze milhões, duzentos e treze mil e seiscentos euros e vinte e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

8. Proposta de 8ª Modificação aos Documentos Previsionais

448 - Presente proposta da 8ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

6.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019 no valor de 81.516,56 euros nos reforços e de 81.516,56 euros nas anulações.

5.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019 no valor de 48.575,50 euros nos reforços e de 48.575,50 euros nas anulações.

6.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019 no valor de 30.455,50 euros nos reforços e de 49.220,50 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

9. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta- Marinha Grande - Concurso público n.º 11/2019. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Mais um atraso num concurso público, que não se deveu aos concorrentes, mas a um erro por parte da Câmara no processo de contratação pública”.

449 - A Sr.ª Presidente apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente despacho n.º 184/2019, com o seguinte teor:

“Presente informação da DGT, com referência MA-12.2019, de 23 de maio, na qual se propõe a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas, que se transcreve na íntegra:

«O procedimento de Concurso Público n.º 11/2019 teve o seu início no dia 16/04/2019, estando prevista a entrega das propostas até às 18:00 do dia 07/05/2019.

Foi submetida e aceite uma lista de erros e omissões por um dos interessados, o que deu origem à prorrogação de prazo por 15 dias.

O prazo para apresentação das propostas termina a 23/05/2019.

Às 10:13:45 do dia 23/05/2019 foi submetida uma mensagem por um dos interessados, que refere:

“Bom dia, Exmos Senhores

Vimos por este meio informar V. Exas. que o mapa de questionário da plataforma não corresponde aos erros e omissões aceites pela entidade, assim sugerimos que seja feita a devida correção.

Att.

Filipe Godinho”

Após análise da situação, confirmou-se como procedente a reclamação do interessado e a necessidade de colocar o documento correto na plataforma eletrónica. Em virtude desta situação, considera-se a necessidade da prorrogação do prazo de apresentação das propostas, nos termos do nº2 do artigo 64º do CCP, em 15 dias a contar da data da publicação do respetivo anúncio em Diário da República.

Deve-se igualmente proceder à notificação, nos termos do n.º 4 do artigo 64º do CCP, desta decisão a todos os interessados que tenham adquirido as peças do presente procedimento, e publicá-la, de acordo com o n.º 8 do artigo 50º do mesmo diploma legal, em plataforma eletrónica.

Atendendo a que:

Compete à Câmara Municipal, nos termos dos artigos 50.º e 64.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos e do artigo 33.º, n.º 1, alínea f) da Lei 75/2013, de 12 de setembro, prestar os esclarecimentos e aprovar a retificação e alteração das peças procedimentais bem como autorizar a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Porém, não é possível convocar para hoje uma reunião extraordinária do Órgão.

Proponho que, ao abrigo dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a sua atual redação e para os efeitos dos artigos 50.º e 64.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, o ato de:

- Prorrogar por quinze dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República.”

Assim, decido, de acordo com os artigos 50.º e 64.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.»

Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho n.º 50/2019, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1. al. f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Nelson Ribeiro Simões

450 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Nelson Ribeiro Simões, NIF 134713605, que confronta a Norte com Manuel Monteiro, a Sul com Via Publica, a Nascente com João Moiteiro e a Poente com Augusto de Sousa, inscrito na conservatoria do Registo Predial com o n.º 9510. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na conservatoria do Registo Predial com o n.º 9510, que confronta a Norte com Manuel Monteiro, a Sul com Via Publica, a Nascente com João Moiteiro e a Poente com Augusto de Sousa, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Paulo Renato da Silva e Adriano Fernandes da Silva

451 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Paulo Renato da Silva e Adriano Fernandes da Silva, que confronta a Norte com Caminho de Ferro, a Sul com Estrada e Vala Pública, a Nascente com Vala Pública e a Poente com Manuel Cândido da Silva Arrimar, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1530. Os proprietários do imóvel, autorizam a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência dos proprietários, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 1530, que confronta a Norte com Caminho de Ferro, a Sul com Estrada e Vala Pública, a Nascente com Vala Pública e a Poente com Manuel Cândido da Silva Arrimar, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, conforme consta da ficha

anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira – Cedência de passagem de coletor – Paulo Fernando Costa Tavares

452 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rustico propriedade de Paulo Fernando Costa Tavares, NIF 205304250, que confronta a Norte com Arnaldo Barosa de Magalhães, a Sul com José Francisco Confraria, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho Publico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 627. O proprietário do imóvel, autoriza a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 627, que confronta a Norte com Arnaldo Barosa de Magalhães, a Sul com José Francisco Confraria, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho Publico, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, obrigando-se ao corte das árvores necessárias à execução da empreitada, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Amílcar Rosa Ferreira Lavos

453 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Amílcar Rosa Ferreira Lavos, NIF 155724134, que confronta a Norte com Herdeiros de Carlos Arrimar, a Sul com Caminho Publico, a Nascente com Herdeiros de Manuel Francisco Lavos e Herdeiros de Adelino Cordeiro e a Poente com Maurício Telmo Pereira Guerra Pedrosa, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º R-010167. O proprietário do imóvel,

autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida, se necessário para execução da empreitada, o corte das árvores e a respetiva remoção dos cepos a cargo de empreiteiro.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º R-010167, que confronta a Norte com Herdeiros de Carlos Arrimar, a Sul com Caminho Publico, a Nascente com Herdeiros de Manuel Francisco Lavos e Herdeiros de Adelino Cordeiro e a Poente com Maurício Telmo Pereira Guerra Pedrosa, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se, se necessário para execução da empreitada, o corte das arvores e a respetiva remoção dos cepos a cargo de empreiteiro, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Ana Paula Silva

454 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Ana Paula Silva, NIF 170034992, que confronta a Norte com Herdeiros de Carlos da Silva Arrimar, a Sul com Herdeiros de Carlos da Silva Arrimar, a Nascente com António Delfim e a Poente com José Manuel André Sapateiro, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10920, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida o acautelamento das águas pluviais que corram para o mesmo local de passagem do coletor a executar.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10920, que confronta a Norte com Herdeiros de Carlos da Silva Arrimar, a Sul com Herdeiros de Carlos da Silva Arrimar, a Nascente com António Delfim e a Poente com José Manuel André Sapateiro, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se ao acautelamento das águas pluviais que corram para o mesmo local de passagem do coletor a executar, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Carlos Manuel Ferreira Marques

455 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de Carlos Manuel Ferreira Marques, NIF 105439738, que confronta a Norte com José Manuel Pereira dos Santos, a Sul com Serventia Publica, a Nascente com Alice de Sousa e a Poente com Estrada, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10605. O proprietário do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10605, que confronta a Norte com José Manuel Pereira dos Santos, a Sul com Serventia Publica, a Nascente com Alice de Sousa e a Poente com Estrada, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Firmino Franco Sousa

456 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de Firmino Franco Sousa, NIF 117848484, que confronta a Norte com Manuel Passagem e serventia, a Sul com Emídio Passagem, a Nascente com Emídio Passagem e a Poente com Serventia, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 13349. O proprietário do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 13349, que confronta a Norte com Manuel Passagem e serventia, a Sul com Emídio Passagem, a Nascente com

Emídio Passagem e a Poente com Serventia, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – José Manuel Pereira dos Santos

457 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio rústico propriedade de José Manuel Pereira dos Santos, NIF 161468292, que confronta a Norte com Manuel Sousa e Silva, a Sul com Celestino Sousa Silva e outros, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3111. O proprietário do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, sem contrapartidas.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio rústico, de que é proprietário, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3111, que confronta a Norte com Manuel Sousa e Silva, a Sul com Celestino Sousa Silva e outros, a Nascente com Vala e a Poente com Caminho, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Laurinda Maria Godinho

458 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Laurinda Maria Godinho, NIF 121582523, que confronta a Norte com António Custódio Morais, a Sul com António Francisco Franco, a Nascente com Joaquina Francisco Franco e a

Poente com José Pereira Santos, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3004. A proprietária do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida a isenção das taxas de ligação ao saneamento.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 3004, que confronta a Norte com António Custódio Morais, a Sul com António Francisco Franco, a Nascente com Joaquina Francisco Franco e a Poente com José Pereira Santos, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se à isenção de taxas de ligação ao saneamento, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Rede de saneamento de águas residuais domésticas de Amieira e Charneca da Amieira – Cedência de passagem de coletor – Maria Isabel Angelina da Silva Arrimar

459 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para passagem do coletor no terreno do prédio urbano propriedade de Maria Isabel Angelina da Silva Arrimar, NIF 114148848, que confronta a Norte com António Delfim Freire, a Sul com Vala, a Nascente com António Delfim Freire e a Poente com Hermínia da Silva Arrimar, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10919. A proprietária do imóvel, autorizou a passagem do coletor na sua propriedade, tendo como contrapartida, a execução de serventia em estado idêntico ao anterior à empreitada, e alerta para o facto da existência de tubos de água que atravessam a serventia.

Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência da proprietária, de acordo com a ficha anexa, delibera aprovar a execução e instalação nos termos fixados, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor no prédio urbano, de que é proprietária, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10919, que confronta a Norte com António Delfim Freire, a Sul com Vala, a Nascente com António Delfim Freire e a Poente com Hermínia da Silva Arrimar, para a execução da Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Amieira e Charneca da Amieira, obrigando-se, a execução de serventia em estado idêntico ao anterior à empreitada tendo em atenção a existência de tubos de água que atravessam a serventia, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelos proprietários e pelo Sr. Vice-Presidente Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, e que aqui se dá por reproduzida.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Rede de Saneamento de Águas Residuais Domésticas de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira- Fase 3- Concurso público n.º 16/2019. Esclarecimentos, Erros e Omissões – Prorrogação do prazo para apresentação de propostas

460 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação técnica, com a ref.ª CS/33/2019, de 22-05-2018 que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, na qual se aprecia o pedido de esclarecimentos e a apreciação de lista de erros e omissões apresentadas no prazo para o efeito.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 50.º, n.º 5 alínea b), do Código dos Contratos Públicos;

Considerando que o prazo de apresentação de propostas continua a correr, independentemente da tomada de decisão sobre a lista de erros e omissões e que a ausência de resposta implica a sua rejeição;

Considerando que quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50.º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica CS/33/2019, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 50.º, n.º 5 alínea b), e 64º nº 2 ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovar:

- a) As peças escritas e desenhadas devidamente retificadas apresentadas em anexo;
- b) mapa de quantidades final;
- c) Prorrogar por 6 dias o prazo fixado para a apresentação das propostas, a contar da data de publicação do aviso no Diário da República.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

21. Criação de posto de cobrança no Balcão de Atendimento ao Município

461 - O artigo 16.º do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, atribui à Divisão de Modernização e Capacitação (DMC) a competência para gerir e assegurar o relacionamento administrativo com o munícipe.

Por sua vez, o nº 4 do citado artigo e Regulamento, prevê as competências do Balcão de Atendimento ao Múncipe, doravante designado de BAM, concretamente, assegurar a gestão comercial dos serviços de águas de consumo e de saneamento, assegurar a gestão dos procedimentos administrativos e financeiros de fornecimento de água para consumo humano, de recolha de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, assegurar o atendimento ao múnícipe e tramitar os processos das áreas de taxas e licenças, espetáculos, entre outras, assim como garantir a realização das tarefas inerentes ao licenciamento e/ou registo em matéria de publicidade, de ocupação da via pública, elevadores, táxis, ruído e outros não especificados nem particularmente afetos a outros serviços.

Para garantir estas competências é necessário integrar a trabalhadora Carisa Sousa Silva na equipa do front office do BAM.

Atendendo que os postos de trabalho do front office têm inerente a constituição de postos de cobrança dos lugares de atendimento ao público, surge a necessidade de adaptar a responsabilidade inerente ao posto de cobrança.

Deste modo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 81.º da Norma de Controlo Interna, a Câmara Municipal delibera autorizar a afetação de um posto de cobrança no BAM à trabalhadora Carisa Sousa Silva, com o saldo à sua responsabilidade no valor de 80,00€;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Ratificação do despacho de emissão de licença especial de ruído para o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira

462 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Através da E/5737/2019 de 20 de maio de 2019, o Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, solicitou a isenção das taxas para a emissão de licença especial de ruído, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando que a iniciativa se realizou no dia 25 de maio de 2019;
Considerando que a câmara reuniu ordinariamente no dia 20 de maio de 2019;
Considerando que o evento pretende dinamizar e promover o convívio da comunidade;
Considerando que até à data do evento não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara;
Considerando a faculdade prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Sr.ª Presidente proferiu despacho de deferimento, relativamente à isenção do pagamento das taxas, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho da Presidente da Câmara, datado de 23 de maio de 2019, respeitante à isenção das taxas pela emissão de licença especial de ruído, requerido pelo Clube Desportivo e Recreativo de Amieira, para a realização da atividade “68º Aniversário”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

23. Sinalização entre a rua das Rosas Silvestres e a rua dos Sapateiros - Pedrulheira - Marinha Grande.

463 - Presente pedido com o registo n.º E/3931/2019, em que é solicitada informação sobre sinalização entre a rua das Rosas Silvestres e a rua dos Sapateiros - Pedrulheira - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/17/2019 de 22/05/2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/3931/2019, para informação sobre sinalização entre a rua das Rosas Silvestres e a rua dos Sapateiros - Pedrulheira - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/17/2019 de 22/52019, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

Colocar um sinal STOP (B2) na rua dos Sapateiros, entroncamento com a Rua das Rosas Silvestres conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro e pinturas no pavimento do mesmo entroncamento, para melhor definir o acesso de entrada e saída da mesma rua (rua dos Sapateiros).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Pedido para revisão da sinalética existente no Largo Casal dos Ossos - Marinha Grande.

464 - Presente pedido com o registo n.º E/3547/2019, em que é solicitada a revisão da sinalética existente e remoção da que está incorreta no Largo de Casal dos Ossos - Marinha Grande.

Presente informação técnica no Gesdoc de 10-4-2019, sobre o assunto.

Na sequência do pedido com registo n.º E/3547/2019, para revisão da sinalética existente e remoção da que está incorreta no Largo Casal dos Ossos - Marinha Grande, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários, datada de 10-4-2019, que se anexa, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

Proceder à revisão da sinalética existente e remoção da que está incorreta, com colocação de um sinal A2a - lombas e um sinal D8 - obrigação de transitar à velocidade mínima de 30 Km/h, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro e retirada do sinal C13 - proibição de circular a mais de 50 Km/h.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Pedido para colocação de sinalização de trânsito para um lugar de estacionamento a pessoa portadora de deficiência junto ao nº 15 da rua Bairro Mariano - Mª Grande

465 - Presente pedido com o registo n.º E/4562/2019, em que é solicitado a colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência, junto ao nº 15 da rua Bairro Mariano Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/16/2019 de 9/5/2019, sobre o assunto.

Presente despacho do Sr. Vereador datado de 21/5/2019.

Na sequência do pedido com registo n.º E/45621/2019, para colocação de um sinal de estacionamento a pessoa portadora de deficiência junto ao nº15 da rua Bairro Mariano, Marinha Grande, **a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional Modelo 11d junto ao nº15 na rua Bairro Mariano Mª. Gª., conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar para pessoa portadora de deficiência de acordo com despacho do Sr. Vereador datado de 21/5/2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

26. Req.º nº 458/19, datado de 11/03/2019 - Proc.º n.º 392/18, datado de 18/09/2018 - José Eduardo Afonso Ribeiro e Tânia Duarte Marques

466 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 458/19, datado de 2019/03/11, constante do processo camarário n.º 392/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incluindo a demolição de edificações existentes, a levar a efeito num prédio urbano sito na rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14620 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20231, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Eduardo Afonso Ribeiro, com o NIF 213035880 e por Tânia Duarte Marques, com o NIF 224148885, ambos com residência em rua Principal, n.º 547, lugar de Outeiro da Fonte, União das freguesias de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2019/05/20, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 392/18, registado em 2018/09/18, referente ao pedido de licenciamento de obra de “Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”, incluindo a demolição de edificações existentes, a levar a efeito

num prédio urbano sito na rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14620 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20231, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por José Eduardo Afonso Ribeiro, com o NIF 213035880 e por Tânia Duarte Marques, com o NIF 224148885, ambos com residência em rua Principal, n.º 547, lugar de Outeiro da Fonte, União das freguesias de Monte Real e Carvide, concelho de Leiria.

- Informar os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 857/19, datado de 15/05/2019 - Proc.º n.º 505/18, datado de 23/11/2018 - Razão Latina, Lda.

467 - Presente requerimento n.º 857/19, datado de 2019/05/15, constante do processo camarário n.º 505/18, subscrito por Razão Latina, Lda., com o NIPC 514945885, com sede em travessa de Tomar, n.º 4 - 1.º B, freguesia de Leiria, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “Construção de 4 casas em banda e muro de vedação”, a constituir em regime de Propriedade Horizontal, a incidir sobre um prédio rústico, sito no lugar de Matos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 563 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 7039.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/05/20, referente ao projeto de arquitetura apresentado.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, o projeto de arquitetura , respeitante ao pedido de licenciamento da obra “Construção de 4 casas em banda e muro de vedação”, a constituir em regime de Propriedade Horizontal, a incidir sobre um prédio rústico, sito no lugar de Matos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 563 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 7039, com o número de processo 505/18, com data de entrada em 2018/11/23, apresentado por Razão Latina, Lda., com o NIPC 514945885, com sede em travessa de Tomar, n.º 4 - 1.º B, freguesia de Leiria, Barreira e Cortes, concelho de Leiria.

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do RJUE, deverá apresentar os projetos das especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, no prazo de seis meses a contar da data da notificação do ato da aprovação do projeto de arquitetura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 928/19, datado de 28/05/2019 - Proc.º nº 121/19, datado de 02/04/2019 - Plastimago - Transformadora de Plásticos Lda.

468 - Presente pedido com o registo n.º 928/19, datado de 28/05/2019, relativo a ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8528, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16114, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 121/19, com data de entrada de 02/04/2019, apresentado por Plastimago - Transformadora de Plásticos Lda., com o NIPC 501 293 779, com sede na estrada de Leiria, n.º 208, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 491/15, apresentado a 23/12/2015 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 24/01/2017, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 28/05/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura relativo à ampliação e alteração pretendida das ampliações, efetuadas na unidade industrial em causa, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo à ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8528, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16114, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 121/19, com data de entrada de 02/04/2019, apresentado por Plastimago - Transformadora de Plásticos Lda., com o NIPC 501 293 779, com sede na estrada de Leiria, n.º 208, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar que a aprovação do presente processo se encontra condicionada à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do mesmo articulado legal.

Delibera, igualmente, informar que, após obtenção do título de autorização de utilização, que ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, deverá proceder à atualização dos elementos constantes no respetivo licenciamento industrial, nos termos do disposto no Capítulo IV - regime das alterações aos estabelecimentos industriais - do Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 935/19, datado de 28/05/2019 - Proc.º nº 429/18, datado de 09/10/2018 -
Mário Rolo Rodrigues**

469 - Presentes requerimentos n.º 1823/19, n.º 775/19 e n.º 935/19, registados em 2018/10/09, 2019/05/02 e 2019/05/28, respetivamente, subscritos por subscrito por Mário Rolo Rodrigues, com o NIF 115225463, residente na Rua da Fábrica, n.º 2, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 429/18, registado em 2018/10/09, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros e obra de demolição de construções atualmente existentes, a levar a efeito no terreno situado na interceção da Rua Cova do Lobo com a Rua Principal, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, compreendido pelo prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 2909, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9939, e pelo prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 838 e na matriz predial rústica sob o n.º 8186, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12871.

Presentes alterações ao projeto apresentadas pelos requerimentos n.º 775/19 e n.º 935/19, registados em 2019/05/02 e 2019/05/28, respetivamente, apresentadas em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2019/5/29, que propõe a aprovação do projeto de arquitetura com condicionalismos.

A Câmara Municipal depois de analisar as alterações formuladas para o projeto, apresentadas em sede de audiência prévia, por Mário Rolo Rodrigues, com o NIF 115225463, residente na Rua da Fábrica, n.º 2, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres emitidos, e considerando que as alterações apresentadas colmatam as deficiências que motivaram a audiência prévia ao projeto, delibera nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro,

DEFERIR o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 429/18, registado em 2018/10/09, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros e obra de demolição de construções atualmente existentes, a levar a efeito no terreno situado na interceção da Rua Cova do Lobo com a Rua Principal, no lugar da Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, compreendido pelo prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 2909, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9939, e pelo prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 838 e na matriz predial rústica sob o n.º 8186, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12871, condicionado à apresentação de:

- Planta de implantação contendo a identificação dos prédios abrangidos na operação, respetivas áreas, áreas de cedência ao domínio público e áreas finais.

- Apresentação do Corte C/D, esclarecedor quanto às diferentes alturas dos muros no espaço confinante com o arruamento.

A Câmara Municipal delibera aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 256,40 m², destinada ao alargamento do arruamento e passeio, situada ao longo da frente do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o n.º 2909,

descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9939, confinante com a Rua da Cova do Lobo e com a Rua Principal, e aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 29,00 m2, destinada a passeio, situada ao longo da frente do prédio misto inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 838 e na matriz predial rústica sob o n.º 8186, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12871, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Delibera ainda informar o requerente que deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 883/19, datado de 20/05/2019 - Proc.º n.º 48/17, datado de 10/02/2017 - Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A.

470 - Presente pedido com o registo n.º 883/19, datado de 20/05/2019, relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado nos lotes 34 e 17, da Zona Industrial da Marinha Grande, nas ruas da Alemanha e de França, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 8457 e 6618 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 11887 e 13486, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 48/17, com data de entrada de 10/02/2017, apresentado por Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A., com o NIPC 502 680 733, com sede na Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 21/05/2019, que atesta encontrar-se o processo de alterações em obra apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a decorrer no prédio localizado nos lotes 34 e 17, da Zona Industrial da Marinha Grande, nas ruas da Alemanha e de França, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 8457 e 6618 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.º 11887 e 13486, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 48/17, com data de entrada de 10/02/2017, apresentado por Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, S.A., com o NIPC 502 680 733, com sede na Zona Industrial de Casal da Lebre, freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o alvará de licença de construção n.º 22/17, de 17/04/2017.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer a alteração do alvará de licença de construção n.º 22/17, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original deste título, para que se possa proceder, nos termos do n.º 7 do mesmo articulado legal, ao respetivo aditamento.

2.- Mantêm-se, na íntegra, os restantes condicionalismos relativos às condições de execução da obra, expressos na deliberação havida a 09/03/2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 659/19, datado de 09/04/2019 - Proc.º n.º 135/19, datado de 09/04/2019 - Elsa Sofia Martinho Ruivo

471 - Presente pedido com o registo n.º 659/19, datado de 09/04/2019, relativo a legalização de alterações de uma unidade industrial sita na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9190, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11390, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 135/19, com data de entrada de 09/04/2019, apresentado por Elsa Sofia Martinho Ruivo, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de titular do prédio onde se situa a unidade industrial;

Presente informação técnica, datada de 20/05/2019, que atesta encontrar-se o processo de legalização das alterações efetuadas em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à legalização de alterações de uma unidade industrial sita na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9190, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11390, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 135/19, com data de entrada de 09/04/2019, apresentado por Elsa Sofia Martinho Ruivo, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar que:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - A concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 692/19, datado de 15/04/2019 - Proc.º n.º 77/18, datado de 02/03/2018 - Rafael Calado

472 - Presente processo camarário n.º 77/18, registado em 2018/03/02, apresentado por Rafael Calado, com o NIF 177565365, residente na Rua Vila Real de Santo António Manuel, n.º 40 - R/C Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e muros, a erigir no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20345-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20481, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/03.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/05/03, que atesta estarem os projetos das especialidades devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e muros, a erigir no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20345-P e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20481, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/03, constante do processo camarário n.º 77/18, registado em 2018/03/02, apresentado por Rafael Calado, com o NIF 177565365, residente na Rua Vila Real de Santo António Manuel, n.º 40 - R/C Esq., lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Informar o interessado do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 905/19, datado de 23/05/2019 - Proc.º nº 53/19, datado de 12/02/2019 - Ricardo Miguel Pina Sousa e Marta Isabel Silva Gomes

473 - Presente processo camarário nº 53/19, registado em 2019/02/12, apresentado por Ricardo Miguel Pina Sousa, com o NIF 2144772029, e por Marta Isabel Silva Gomes, com o NIF 248070045, residentes na Rua das Laranjeiras à Garcia, nº 11, lugar do Engenho, freguesia e Concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros e de obra de demolição de edificação existente, no prédio urbano situado na Rua António de Sousa Calado, nº 8, lugar das Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 757, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 18948, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2019/04/22.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2019/05/27, que atesta estarem os projetos das especialidades devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e muros e de obra de demolição de edificação existente, no prédio urbano situado na Rua António de Sousa Calado, nº 8, lugar das Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo nº 757, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 18948, constante do processo camarário nº 53/19, registado em 2019/02/12, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2019/04/22, apresentado por Ricardo Miguel Pina Sousa, com o NIF 2144772029, e por Marta Isabel Silva Gomes, com o NIF 248070045, residentes na Rua das Laranjeiras à Garcia, nº 11, lugar do Engenho, freguesia e Concelho de Marinha Grande.

- Informar que mantém a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 32,80 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua António de Sousa Calado, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à "Implantação (proposta)", Desenho nº 1.2, entregue a coberto do Requerimento nº 317/19, registado em 2019/2/12, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar os interessados do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Deverão assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º nº 480/19, datado de 13/03/2019 - Proc.º n.º 93/19, datado de 13/03/2019 - N. Belchior, Lda.

Os **Srs. Vereadores do MpM** questionaram a razão pela qual o técnico propõe o indeferimento e o Sr. Vereador propõe deferir.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** explicou que não há qualquer ilegalidade.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Pela informação do Vereador Caetano, não há qualquer ilegalidade, e apenas confiando nesta informação, iremos votar a favor.”

474 - Presente pedido com o registo n.º 480/19, datado de 13/03/2019, relativo a construção de edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20498 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20366-P da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/19, com data de entrada de 13/03/2019, apresentado por N. BELCHIOR, LDA, com o NIPC 500 200 157, com sede na AV. Vidreiro, n.º 45 Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do respetivo processo de licenciamento;

Presente informação técnica, datada de 30/04/2019, que refere não se encontrar o projeto em condições de ser deferido, por ser passível de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por violar o disposto no artigo 121º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), ao contrariar o plano marginal definido pelos edifícios existentes ao longo da via em que se insere, propondo um alinhamento avançado 2,0 m sobre esse plano, constituindo-se como um elemento descaracterizador do espaço urbano envolvente.

Presente despacho superior do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 29/05/2019, no qual se refere considerar-se que a implantação proposta

não se constitui como elemento descaracterizador do espaço urbano envolvente, pelo que, verificando-se o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as decorrentes do PDM da Marinha Grande, se propõe o deferimento do presente processo de licenciamento;

Presente informação técnica, datada de 29/05/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20498 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20366-P da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 93/19, com data de entrada de 13/03/2019, apresentado por N. BELCHIOR, LDA, com o NIPC 500 200 157, com sede na AV. Vidreiro, n.º 45 Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º nº 83/19, datado de 17/01/2019 - Proc.º n.º 322/17, datado de 21/07/2017 - Ana Margarida do Carmo Lourenço e Hugo Alexandre Leitão Pedrosa

475 - Presente requerimento n.º 83/19, registado em 2019/01/21, subscrito por Ana Margarida do Carmo Lourenço, com o NIF 238948455, e por Hugo Alexandre Leitão Pedrosa, com o NIF 215816498, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, lote E-6, 3º dt.º, Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de alterações ao projeto da obra de construção de moradia e muro, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 18/18, do processo camarário n.º 322/17, a levar a efeito no prédio urbano situado na Rua das Carregueiras, lugar da de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20098 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7184.

Presente parecer técnico, datado de 2019/05/27, que indica não estar o projeto apto para aprovação.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 83/19, registado em 2019/01/21, subscrito por Ana Margarida do Carmo Lourenço, com o NIF 238948455, e por Hugo Alexandre Leitão Pedrosa, com o NIF 215816498, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, lote E-6, 3º dt.º, Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de alterações ao projeto da obra de construção de moradia e muro, apresentado na vigência do alvará de obras de construção n.º 18/18, do processo camarário n.º 322/17, a levar a efeito no prédio urbano situado na Rua das Carregueiras, lugar da de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20098 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7184, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu, **a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA**, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, por o projeto de arquitetura apresentado violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente, por o muro projetado violar o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, transcrevendo-se:

“Artigo 18.º

Muros, vedações e respetivos alinhamentos

1 – A construção de muros de vedação ou muros de suporte, junto das vias públicas, deve observar as seguintes características:

- a) Serem executados em alvenaria ou betão armado, rebocados e pintados;*
- b) Não exceder a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, sem prejuízo do previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território;*
- c) Ao valor referido na alínea anterior, podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50m;*
- d) [Revogada];*
- e) No caso de o muro de vedação separar terrenos de cota diferentes, a altura é contada a partir da cota natural mais elevada;*
- f) Pode aplicar-se para os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública, o disposto nas alíneas b) e c), numa extensão de até 1,50 m a contar do limite ao espaço público;*

(...)”

Delibera ainda informar que o projeto deve ser revisto e ou completado de forma a assegurar adequação entre os diversos elementos escritos e desenhados, a exemplo:

- A Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Acessibilidade deve ser revista por forma a indicar com exatidão as soluções de detalhe métrico, técnico e construtivo, esclarecendo as soluções adotadas em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada (tipologias do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/06, de 08/08);

- As cotas altimétricas constantes da Planta de Implantação não traduzem adequação à representação constante da Planta Cortes e Alçados do projeto de alteração, bem como à justificação da alteração constante da Memória Descritiva;

- As cotas planimétricas da Planta de Implantação não traduzem adequação a dimensões referenciadas, tal como a do muro de vedação.

- As peças gráficas do projeto de alteração traduzem aumento da área de construção da moradia comparativamente ao projeto licenciado - acrescentada varanda com 0,90m x 11,00m = 9.9 m2. Tal aumento de área de construção não é refletido da descrição constante dos quadros de áreas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º nº 860/19, datado de 15/05/2019 - Proc.º n.º 279/18, datado de 13/07/2018 - Tiago Lopes Mota

476 - Presentes requerimentos n.º 1283/18 e n.º 860/19, registados em 2018/07/13 e 2019/05/15, respetivamente, subscritos por Tiago Lopes Mota, com o NIF 259125849, residente na Rua da Embra n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 279/18, registado em 2018/07/13, referente a pedido de licenciamento de obra de ampliação e alteração do edifício de habitação e alteração do numero de unidades de utilização passando de uma habitação para duas habitações, a incidir no prédio urbano situado na Rua da Embra n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 19570, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200.

Presente parecer técnico datado de 2019/05/22, desfavorável por o pedido apresentar-se manifestamente contrário às normas legais e regulamentares aplicáveis.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 1283/18 e n.º 860/19, registados em 2018/07/13 e 2019/05/15, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 279/18, registado em 2018/07/13, referente a pedido de licenciamento de obra de ampliação e alteração do edifício de habitação e alteração do numero de unidades de utilização passando de uma habitação para duas habitações, a incidir no prédio urbano situado na Rua da Embra n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 19570, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200, apresentado por Tiago Lopes Mota, com o NIF 259125849, residente na Rua da Embra n.º 65, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, **a Câmara Municipal delibera notificar a requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por de arquitetura apresentar-se contrário a normas legais e regulamentares aplicáveis, por o projeto (habitação T3) violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o artigo 66.º n.º 1 e artigo 68.º n.º 2 do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, quanto a área mínima dos compartimentos de habitação e número mínimo de instalações sanitárias.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**37. Req.º nº 656/19, datado de 09/04/2019 - Proc.º nº 170/06, datado de 17/03/2006 -
Emília Gomes Martins Neto e Zita Margarida Duarte Pereira**

477 - Presente requerimento n.º 656/19, datado de 09/04/2019, subscrito por Emília Gomes Martins Neto e Zita Margarida Duarte Pereira, titulares do Processo de Licenciamento n.º 170/06, referente à obra de “Construção de Edifício Habitacional e Muros de Vedação”, levado a efeito num prédio urbano localizado na Rua Amílcar Paulo Grilo, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, à qual foram atribuídos os Alvarás de Licença de Construção n.º 64/08, de 25/03, de Obras de Alteração n.º 69/10, de 24/05 e de Autorização de Utilização n.º 89/11, de 19/10, a solicitar a Receção Definitiva das Obras de Urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento.

Presente Garantia Bancária n.º 234/2008-S, datada de 06/03/2008, do BPN - Banco Português de Negócios, S.A., no montante inicial de €5.712,56 (cinco mil, setecentos e doze euros e cinquenta e seis cêntimos), prestada para garantir a boa e regular execução das obras referentes à “EXECUÇÃO DO COLETOR DA REDE DE ESGOTOS E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO”, com redução de 90% determinada por deliberação camarária tomada na reunião de 10/05/2012.

Presente relatório da Comissão de Vistorias, datado de 24/05/2019, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e manutenção;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 24/05/2019, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Provisória, a Câmara deliberou aceitar a Receção Definitiva das Obras de Urbanização supra referidas, nomeadamente, coletor de rede de esgotos, conforme auto anexo e mandar libertar o montante de 571,26€ (quinhentos e setenta e um euros e vinte e seis cêntimos), correspondente ao remanescente da caução prestada através da Garantia Bancária n.º 234/2008-S, datada de 06/03/2008, do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., no montante inicial de €5.712,56 (cinco mil, setecentos e doze euros e cinquenta e seis cêntimos), referente à “EXECUÇÃO DO COLETOR DA REDE DE ESGOTOS E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**38. Req.º nº 527/18, datado de 15/03/2018 - Proc.º nº 548/05, datado de 26/07/205 -
Imoembra - Empreendimentos Imobiliários Lda.**

478 - Presente requerimento n.º 527/18, de 15/03/2018, apresentado por Imoembra - Empreendimentos Imobiliários Lda., NIPC 503580180, com sede na Rua Floristas Gravadores n.º 31, Loja E, 2430-104 Marinha Grande a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito de uma operação urbanística de construção de bloco habitacional e comercial, sito na Rua da Índia, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de construção com obras de urbanização

- processo n.º 548/05 - Alvará de Licença de Construção n.º 138/06 de 11 de maio de 2006 e Alvará de Obras de Alteração n.º 98/09, de 29 de abril de 2009 com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 1.701,32€ (mil setecentos e um euros e trinta e dois cêntimos) correspondente à Garantia NR.º 00350441005762193, da caixa Geral de Depósitos, de 4 de maio de 2006, prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 18 de fevereiro de 2019, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização realizadas, designadamente, infraestruturas de rede de drenagem pluvial e rede viária, uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 18 de fevereiro de 2019, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

Aceitar definitivamente as obras de urbanização supra referidas, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto, datados de 18 de fevereiro de 2019, uma vez que as mesmas se encontram em bom estado de conservação e foram executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de câmara de 30/03/2006, e mandar libertar o montante de 1.701,32€ (mil setecentos e um euros e trinta e dois cêntimos) correspondente à Garantia NR.º 00350441005762193, da caixa Geral de Depósitos, de 4 de maio de 2006, prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**39. Req.º nº 356/19, datado de 20/02/2019 - Proc.º n.º 368/08, datado de 27/11/2018 -
Fernando Carriça - Construção Civil, Lda**

479 - Presente requerimento n.º 356/19, de 20/02/2019, apresentado por Fernando Carriça - Construção Civil, Lda, NIPC 502416025, com sede na Rua dos Vidreiros, n.º 51, 2430-813 Vieira de Leiria, Marinha Grande a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito de uma operação urbanística de loteamento urbano, sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias e Rua Santo António de Platina, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de loteamento - processo n.º 368/08 - Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 01/2011, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 3.720,11€ (três mil setecentos e vinte euros e onze cêntimos) correspondente à Garantia Bancária simples NR.º 0503.003722.593, da Caixa Geral de Depósitos, de 10 de dezembro de 2010, prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização;

Presente informação da Comissão de Vistorias, datada de 28 de maio de 2019, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização realizadas, designadamente, rede viária, rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais domésticas, uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 28 de maio de 2019, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

Aceitar definitivamente as obras de urbanização supra referidas, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto, datados de 28 de maio de 2019, uma vez que as mesmas se encontram em bom estado de conservação e foram executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de câmara de 09/06/2010, e mandar libertar o montante de 3.720,11€ (três mil setecentos e vinte euros e onze cêntimos) correspondente à Garantia Bancária simples NR.º 0503.003722.593, da Caixa Geral de Depósitos, de 10 de dezembro de 20010, prestada como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º nº 509/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 225/2019, datado de 15/03/2019 - Nuno Miguel Lopes Machado e Maria João Mota Filipe Gândara

480 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por Nuno Miguel Lopes Machado, com o NIF 205231705 e por Maria João Mota Filipe Gândara, com o NIF 223859966, ambos com morada na Avenida José Gregório, n.º 55, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Avenida Aníbal Guedes Coelho, n.º 17, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.190 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5414.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 25/06/2018, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinar a realização de vistoria ao edifício mencionado, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício;

Presente Auto de Vistoria datado de 21/05/2019, respeitante à vistoria realizada em 09/04/2019, descrevendo o estado da edificação, bem como a ficha de avaliação aprovada no âmbito da Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devidamente preenchida;

Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:

Informar os requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 21/05/2019, ao imóvel sito em Avenida Aníbal Guedes Coelho, n.º 17, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.190 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5414, propriedade de Nuno Miguel Lopes Machado, com o NIF 205231705 e de Maria João Mota Filipe Gândara, com o NIF 223859966, ambos com morada na Avenida José Gregório, n.º 55, freguesia e concelho de Marinha Grande, é atribuído o nível de conservação BOM correspondendo-lhe o coeficiente de conservação 4,24.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**41. Req.º nº 178/19, datado de 16/05/2019 - Proc.º nº 178/19, datado de 16/05/2019 -
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**

481 - Presente pedido de parecer, datado de 16/05/2019, solicitado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no âmbito do Regime de Regularização estabelecido com caráter extraordinário pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 21/2016, de 19 de julho, relativo à regularização de uma operação de gestão de resíduos que a empresa J.M.Fernandes-Reciclagem de Sucatas,Lda., pretende efetuar no seu terreno sito na rua Principal, Pero Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 27/05/2019.

A Câmara delibera INFORMAR, no âmbito do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, que sobre o pedido em causa foi proferido o seguinte PARECER:

- Foi apresentado, a 20/04/2017, com o registo n.º 679/17, um pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/14, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17º do mesmo diploma legal.

- Este pedido, a que corresponde o processo n.º 156/17, foi submetido a aprovação pela Assembleia Municipal, por deliberação municipal tomada em reunião de Câmara de 22/05/2017, o que veio a ocorrer em sessão realizada a 29/05/2017, conforme consta da respetiva certidão, datada de 31/05/2017.

- Da comparação entre os dados constantes nos elementos constantes desse pedido e os agora apresentados em sede do pedido de regularização, verifica-se que os mesmos são idênticos, no que respeita à configuração, localização e dimensões, tanto do terreno afeto à operação, como das instalações existentes e pretendidas.

- Chama-se a atenção, no entanto, para o facto de se verificar que o terreno, em que se localiza a presente operação de gestão de resíduos, se situa em espaço rural, fora de áreas edificadas consolidadas, nos termos do disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Marinha Grande 2015 - 2019 (PMDFCIMG).

- Verifica-se, igualmente, que o terreno se encontra inserido em dois tipos distintos de espaços, sendo que a área onde se situa o parque de triagem e tratamento de resíduos, a norte, está classificado, no PMDFCIMG, como “território artificializado” e a área onde se pretende erigir o pavilhão destinado a armazém, a sul, encontra-se abrangida pela área de ocupação de solo florestal, com um risco de perigosidade de incêndio “muito baixo”, classificação que se encontra em toda a periferia do território artificializado.

- Considerando que nos encontramos fora das áreas edificadas consolidadas, nos termos do disposto no artigo 16º do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 14/2019, de 21 de janeiro, que estabelece os condicionalismos à edificação nas áreas abrangidas por este diploma legal, a construção de novos edifícios ou a ampliação de edifícios existentes só é permitida, nos termos dispostos no seu n.º 4, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural como de média, baixa e muito baixa, devendo cumprir cumulativamente os seguintes condicionalismos:

- a) Garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo ao presente decreto-lei;
- b) Adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- c) Existência de parecer favorável da CMDF (Comissão Municipal de Defesa da Floresta).

- O n.º 10 deste mesmo diploma legal estabelece, para edificações existentes abrangidas pelo Regime de Regularização de Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual, a que se reporta o presente procedimento, que estas podem ser dispensadas das condições previstas nos n.os 4 a 8, por deliberação da câmara municipal, desde que o seu cumprimento se tenha tornado inviável e sejam propostas medidas adequadas de minimização do perigo de incêndio, objeto de parecer favorável da CMDF.

- Assim sendo, e tendo em conta que o parecer da Câmara, neste enquadramento, carece de parecer favorável da CMDF, informa-se que se deverá solicitar ao requerente a apresentação de elementos que permitam aperfeiçoar o pedido, nos termos do n.º 5 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/14, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho e que possibilitem a avaliação, por parte da CMDF, do pedido, nomeadamente documentos que identifiquem e caracterizem as medidas propostas para minimização do perigo de incêndio e demonstrem:

- A evidência de que não é possível o cumprimento da faixa de gestão de combustível prevista no PMDF;
- A evidência de que não é possível adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
- A evidência de que não é possível adotar medidas excecionais de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo.

- Mais se informa que o Caderno II do PMDFCI 2015-2019 da Marinha Grande refere, no n.º 4.1.2.2., o seguinte:

“(…)

1 - Nos termos do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, as novas edificações, no espaço florestal destinadas para habitação, comércio, serviços e indústria, fora das áreas edificadas consolidadas, serão autorizadas ou permitidas, desde que:

- a) As novas edificações salvaguardem na sua implantação no terreno, uma distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação;
- b) Que não se insiram nas áreas classificadas no PMDFCI, com alta e muito alta perigosidade;
- c) E não coincidam com áreas percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, de acordo com o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 55/2007, de 12 de março;

2 - Nos termos do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio, as novas edificações, no espaço rural, que não espaço florestal, fora das áreas edificadas, são admitidas outras dimensões para a faixa da distância à

estrema da propriedade, desde que seja salvaguardada uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal, de acordo com o seguinte:

Classe de perigosidade	Faixa de proteção à extrema da propriedade (m)
Média	15
Baixa	10
Muito baixa	5

- a) Para efeitos da contabilização da distância referida nas alíneas anteriores poderão ser, excecionalmente, considerados espaços exteriores à propriedade, designadamente redes viárias do carácter nacional, municipal, arruamentos, caminhos ou quaisquer outros espaços públicos que possuam características construtivas suscetíveis de serem impeditivas da normal progressão do fogo, desde que referenciados e caracterizados nos elementos introdutórios dos pedidos de licenciamento de obras de edificação, designadamente levantamentos topográficos, plantas de implantação e memórias descritivas;
- b) Quando se verificar a existência de um edifício no terreno contíguo à implantação da nova edificação, essa não tem que salvaguardar nessa extrema da propriedade as distâncias referidas nas alíneas anteriores;
- c) Excetuam-se do disposto das alíneas anteriores as obras decorrentes de exigências legais supervenientes relativas à regularização, ampliação e alteração de atividades económicas previamente exercidas, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º165/2014 de 5 de novembro.(...)”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

42. E/3382/2019 - pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural- Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

482 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/3382/2019, datado de 01/04/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua José Afonso, Rua Salgueiro Maia e Rua Melo Antunes**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 06/05/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 31/05/2019 pelo Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua José Afonso, Rua Salgueiro Maia

e Rua Melo Antunes, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições, principalmente todos os pavimentos que se apresentam sem cortes ou reparações, devendo ser utilizadas técnicas e materiais adequados a garantir o bom estado de conservação existente antes da intervenção;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. E/4949/2019 - pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural- GALP ENERGIA

483 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/4949/2019, datado de 07/05/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **GALP ENERGIA**, com o NIPC 504499777, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua Clube Desportivo da Garcia**, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 57,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 14/05/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 31/05/2019 pelo Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 25,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Clube Desportivo da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;
- b) Considerando que, no âmbito de execução de obras de urbanização, o arruamento está a ser alvo de execução de infraestruturas subterrâneas, e no final será realizada pavimentação da faixa de rodagem, não se vê inconveniente na execução dos ramais referidos, desde que os mesmos sejam realizados antes da pavimentação da faixa de rodagem.
- c) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- d) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- e) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- f) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

44. Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 30 de junho apresentado pelo Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda.

484 - Presente pedido do Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda., com o n.º de registo E/1610/2018, de 14 de fevereiro, em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização do espetáculo de final de época Hip-Hop Dance, no dia 30 de junho às 16h00.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/976/2019 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista, bem como o parecer da Chefe da DCD e o despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Célia Guerra datados de 09 e 16.05.19 respetivamente.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja "A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse

cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica. Com este espetáculo pretende-se dar a conhecer a atividade prosseguida pelo Ginásio no concelho da Marinha Grande, na área do ensino do hip hop, e possibilitar assim o espetáculo com a participação das cerca de 60 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 3 e os 16 anos que frequentam aquela modalidade.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande apenas estão isentas do pagamento de taxas “As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande”, o que não acontece no caso em apreço.

A Câmara apreciou o pedido e delibera nos termos da alínea c) artigo 6.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens, autorizar a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 30 de junho para espetáculo a realizar às 16h00, nas seguintes condições:

- O Município assegura o pessoal de apoio à sala num total de 5 pessoas (um de apoio ao palco e 4 para receção e sala);
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda. deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

45. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia – ASURPI - Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande

485 - Presente pedidos de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetidos pela ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande, com os registos n.º E/5097/2019 e E/5827/2019, datados de 07 e 16 de maio de 2019. As visitas serão realizadas no âmbito de um intercâmbio com a Universidade Sénior de Mira e Universidade Sénior de Ílhavo, e encontram-se agendadas para os dias 05 e 07 de junho de 2019 respetivamente.

Considerando que:

- A alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela "(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.";

- A alínea e) do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que "nos museus municipais ficam isentos de pagamento das taxas de ingresso as visitas organizadas (...) por entidades legalmente constituídas por reformados, pensionistas e idosos.";

- Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

- Em anexo se encontra cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva, onde se pode comprovar a natureza jurídica da entidade enquanto associação;

- Em anexo se encontra cópia da constituição da associação e respetivos estatutos, publicada na III Série do Diário da República de 23 de maio de 1979, na qual se pode ler no n.º 1 do artigo 2.º que a mesma tem por objeto "Defender os interesses dos reformados, pensionistas e idosos, promovendo todas as diligências para esse fim", e ainda que para a prossecução desse fim a associação deve promover "reuniões de convívio, viagens de estudo e recreio", conforme estipulado no n.º 1 do artigo 3.º dos estatutos;

- Que com estes documentos está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da entidade ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande.

- A entidade tem sede no concelho.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, a ASURPI – Associação Sindical União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Marinha Grande do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro e Museu Joaquim Correia, nos dias 05 e 07 de junho de 2019, para um total de cerca de cento e vinte pessoas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

46. Assinatura de protocolo de parceria para candidatura ao Programa EEA Grants, como parceiro da DRCC e outros municípios

486 - Presente informação interna da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania com número de registo I/1106/2019, de 22 de maio, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal da Marinha Grande do convite da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) para assinatura de protocolo de parceria, para candidatura ao Programa EEA Grants - Programa Conciliação e Igualdade de Género.

Considerando que o envio da candidatura ao Programa EEA Grants, Programa Conciliação e Igualdade de Género termina no dia 30 de maio de 2019, sendo necessário a formalização prévia do protocolo de parceria;

Presente minuta do Protocolo de parceria celebrado em 28 de maio de 2018, com a Direção Regional de Cultura do Centro, enquanto entidade candidata e líder da parceria, e os Municípios de Alvaiázere, Anadia, Cantanhede, Castanheira de Pêra, Góis e Marinha Grande e o KUN – Centre for Equality and Diversity, enquanto parceiros, através do qual propõe-se implementar um programa de ação para promover a participação política e cívica de mulheres e raparigas ao nível local, através de atividades conjuntas, que garantam a adaptação de práticas e processos de trabalho para atender às necessidades e especificidades de cada um dos territórios envolvidos.

Considerando que o Município dispõe de atribuições na área da educação, nos termos da alínea d); na área da cultura, nos termos da alínea e); e na área da promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea m), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e que a Câmara Municipal é competente para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, conforme alínea r), n.º 1, do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea e), do n.º 2, do art.º 23.º e alínea r), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a minuta do Protocolo de parceria com a DRCC e municípios aderentes, para candidatura ao Programa EEA Grants - Programa Conciliação e Igualdade de Género.

Delibera ainda ratificar a assinatura do protocolo de parceria celebrado no dia 28 de maio de 2019.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

47. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Clube Recreativo Amieirinhense - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019

487 - Presente deliberação de 20 de maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4887/2018, de 2 de maio de 2019	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1017/2019 de 23 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Clube Recreativo Amieirinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/4887/2018, de 2 de maio de 2019	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos	2018/A/151	1.925,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019

488 - Presente deliberação de 12 de março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8932/2018, de 1 de outubro de 2019	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	34,9 pontos

Presente informação com n.º de registo I/816/2019 de 23 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/8932/2018, de 1 de outubro de 2019	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	34,9 pontos	2018/A/151	1.925,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

49. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - ASURPI- Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019

489 - Presente deliberação de 20 de maio de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios

ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/4618/2019, de 24 de abril de 2019	502870419	ASURPI - Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1115/2019 de 23 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade ASURPI - Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/4618/2019 de 24 de abril de 2019	502870419	ASURPI - Associação Sindical União de Reformados, Pensionistas e Idosos	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande- 2019	33,5 pontos	2018/A/151	1.925,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

50. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural I. Clube Desportivo e Recreativo da Amieira

490 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/5932/2019	Cultural	Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	Participação nas Marchas Populares 2019	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5932/2019	Cultural	Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	Participação nas Marchas Populares 2019	33,5 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – Área cultural - Clube Desportivo e Recreativo da Amieira - Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019

491 - Presente deliberação de 5 de junho de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5932/2019, de 27 de maio de 2019	501611410	Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1108/2019 de 27 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Clube Desportivo e Recreativo da Amieira preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/5932/2019, de 27 de maio de 2019	501611410	Clube Desportivo e Recreativo da Amieira	Participação nas Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos	2018/A/151	1.925,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

52. Admissão de candidatura para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural II. Clube Recreativo Amieirinhense

492 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 13/2019 de 1 de fevereiro de 2019 da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa à candidatura a seguir

mencionada, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO CANDIDATURA
E/5975/2019	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Organização Desfile Marchas Populares - 2019	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** da candidatura abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5975/2019	Cultural	Clube Recreativo Amieirinhense	Organização Desfile Marchas Populares - 2019	33,5 pontos

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura acima referida, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

53. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 - Clube Recreativo Amieirinhense - Organização das Marchas Populares da Marinha Grande – 2019

493 - Presente deliberação de 5 de junho de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/5975/2019, de 28 de maio de 2019	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Organização das Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1136/2019 de 28 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Clube Recreativo Amieirinhense preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Organização das Marchas Populares da Marinha Grande-2019.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/151;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/5975/2018, de 28 de maio de 2019	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Organização das Marchas Populares da Marinha Grande-2019	33,5 pontos	2018/A/151	18.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

54. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson - Encontros Terapêuticos com Parkinson.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 3.630,00€, pede apoio à Câmara de 3.630,00€, e a atribuição é de 2.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM,

mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

494 - Presente deliberação de 22 de abril de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/10032/2018	504058550	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Realização do Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson	33,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/970/2019, de 07 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Realização do Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/89;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/10032/2018	504058550	Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	Realização do Projeto Encontros Terapêuticos com Parkinson	33,6 pontos	2018/A/89	2.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

55. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos - Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 65.658,73€, pede apoio à Câmara de 41.958,73€, e a atribuição é de 38.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

495 - Presente deliberação de 22 de abril de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8911/2018	502870419	Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Realização de Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades	28,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/971/2019, de 07 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a Realização de Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades. Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como

para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/89;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/8911/2018	502870419	Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos	Realização de Atividade Cultural e Intercâmbios com outras Universidades	28,8 pontos	2018/A/89	1.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

56. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza social em 2019 - Associação para Desenvolvimento Económico e Social da Região MG - Salas de Estudo “O Nosso Mundo” e “Gabinete Mão Aberta”.

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 65.658,73€, pede apoio à Câmara de 41.958,73€, e a atribuição é de 38.000€ - Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

496 - Presente deliberação de 22 de abril de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8902/2018	505933870	ADESER II- Associação para desenvolvimento Económico e Social da Marinha Grande	Funcionamento das Salas de Estudo “O Nosso Mundo” e “Gabinete Mão Aberta”	34,4 pontos

Presente informação com n.º de registo I/1057/2019, de 17 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta

fase, a entidade Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para o Funcionamento das Salas de Estudo “O Nosso Mundo” e “Gabinete Mão Aberta” Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/89;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/8902/2018	505933870	ADESER II- Associação para desenvolvimento Económico e Social da Marinha Grande	Funcionamento das Salas de Estudo “O Nosso Mundo” e “Gabinete Mão Aberta”	34,4 pontos	2018/A/89	38.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

57. Torneio de futebol interescolas. Nova designação

497 - Vítor José Azambuja Pina, nasceu na Marinha Grande em 23 de setembro de 1949, e exerceu funções no Município da Marinha Grande durante mais de 26 anos, com início no dia 1 de janeiro de 1990. Durante esse período colaborou em diversas áreas, mas foi no Desporto que mais se destacou, quer enquanto homem quer como trabalhador. A sua vertente humana foi a que mais o caracterizou.

Colaborou ao longo da sua vida com a maior parte das associações concelhias, mostrando sempre grande disponibilidade pessoal para colaborar em prol da comunidade local, tendo sido um dos fundadores do Clube de Atletismo da Marinha Grande e sócio de diversas Associações do concelho, desempenhando funções nos Órgãos Sociais de algumas delas.

Enquanto agente desportivo o Vítor Pina esteve sempre ligado ao Futebol, encontrando nos Rallies, também uma das suas paixões.

Como atleta de futebol inscreveu-se pela 1.ª vez na Associação de Futebol de Leiria na época de 1965/1966, em representação do Atlético Clube Marinhense, tendo posteriormente representado o Sporting Clube Angrense, onde cumpriu o serviço militar e o União Recreativa Mirense.

O Atlético Clube Marinhense foi, enquanto jogador, o clube que mais representou, tendo terminado aí a sua carreira enquanto atleta, dignificando e prestigiando, durante o seu percurso, o nome da cidade da Marinha Grande.

Após o termo da sua carreira desportiva enquanto atleta, manteve-se sempre ligado a esta modalidade. Desde muito cedo iniciou a sua carreira de treinador, tendo passado pelo Atlético Clube Marinhense e permanecido durante mais de 11 anos, entre as épocas de 1999/2000 a 2010/2011, no Sport Lisboa e Marinha nos mais diversos escalões.

Durante essas épocas fez ainda parte de diversos Órgãos da Associação Nacional de Treinadores de Futebol, e no Gabinete Técnico da Associação de Futebol de Leiria.

Profissionalmente e no exercício das suas funções públicas, destacou-se a sua participação na organização de diversos Torneios de Futebol, promovidos pela Câmara Municipal, nomeadamente Torneio Interempresas, Torneio da Função Pública e particularmente, o Torneio Interescolas que ainda se mantém.

Nesse sentido importa reconhecer o mérito do Vítor José Azambuja Pina.

A Câmara Municipal analisou e delibera, reconhecer o mérito do Vítor José Azambuja Pina, através da designação do Torneio de Futebol, como Torneio de Futebol Interescolas “Vítor Pina”, com efeitos a partir da presente data, por todo o trabalho desenvolvido em prol do Desporto e da comunidade local.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

58. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva 2019 - SIR 1º Maio - XV Torneio de Andebol praia – 2019

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação apresentou uma candidatura em 27/08/2018 onde dizia que o orçamento é de 4.000€, pede apoio à Câmara de 2.000€

Em 15/05/2019 a associação apresentou uma adenda com uma candidatura de 15.550,00€, pede à Câmara 13.900,00€, e a atribuição é de 8.000,00€ (neste orçamento temos “equipamento e material de apoio à prova” 12.300,00 era de 750,00€)

Podiam explicar o que se passou.

Qual o critério?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de

voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

498 - Presente deliberação de 22 abril de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8111/2018	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio	XV TORNEIO DE ANDEBOL PRAIA	38,3 pontos

Presente informação com registo I/1137/2019, de 28 de maio, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a organização do **XV TORNEIO DE ANDEBOL PRAIA**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/8111/2018	501056467	Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio	XV TORNEIO DE ANDEBOL PRAIA	E/8111/2018	2018/A/189	8.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Nuno Brito, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

59. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Marinha Grande Nascente – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase

499 - Presente informação n.º 992/2019 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 09/05/2019, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, alterado pelos Despachos n.º 5296/2017, de 16 de julho e 7255/2018, de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma.

Considerando que as normas legais anteriormente mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios.

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, vem acentuar o papel da ação social escolar, como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do rendimento escolar.

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira desta autarquia.

Considerando que para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/62/2016 e A/63/2016 do Plano de Atividades Municipais para 2018.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida - Boavista, 2430 – 053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761**
- **Total de Pedidos: 17**
- **Valor do subsídio escolar a atribuir: 475,00€ (Quatrocentos e setenta e cinco euros)**

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

	1.ª FASE: ESCALÃO A - REMANESCENTE	2.ª Fase		
TOTAIS ALUNOS		ALUNOS A	ALUNOS B	Total
PRÉ-ESCOLAR	0	2	3	5
1º CEB	2	3	7	12
TOTAL GERAL	2	5	10	17

	1.ª FASE ESCALÃO A - REMANESCENTE	2.ª Fase		Plano
TOTAIS VERBAS		ESCALÃO A	ESCALÃO B	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	0,00	100,00€	75,00€	A/62/2016
1º CEB	40,00€	120,00€	140,00€	A/63/2016
TOTAL AGR. POENTE	40,00€	220,00€	215,00€	475,00€

Delibera ainda que em casos de reposicionamento de alunos em escalões de abono mais favoráveis (ex.º casos de alunos posicionados no 2.º ou 3.º escalão que na transição da 1.ª fase para a 2.ª fase passem para escalão mais favorável), sejam os mesmos, nesta 2.ª fase, beneficiados não só em termos de alimentação escolar, mas também em termos de apoio financeiro, no sentido de poderem vir a receber o valor respetivo a que presentemente têm direito e/ou o remanescente em relação ao que lhes foi atribuído na 1.ª fase.

Delibera que todos os pedidos para atribuição de subsídio escolar, cuja entrada nos serviços da DDC seja efetuada, durante o 3.º período letivo, sejam contemplados apenas com refeições.

Mais delibera por fim que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2019, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

60. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Marinha Grande Poente – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase

500 - Presente informação n.º 989/2019 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 09/05/2019, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, alterado pelos Despachos n.º 5296/2017, de 16 de julho e 7255/2018, de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma.

Considerando que as normas legais anteriormente mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios.

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, vem acentuar o papel da ação social escolar, como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do rendimento escolar.

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira desta autarquia.

Considerando que para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/62/2016 e A/63/2016 do Plano de Atividades Municipais para 2018.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, o seguinte subsídio:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430 – 231 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768**
- **Total de Pedidos: 26 + 1 (Excluído)**
- **Valor do subsídio escolar a atribuir: 925,00€ (novecentos e vinte e cinco euros)**

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

TOTAIS ALUNOS	1.ª FASE: ESCALÃO A - REMANESCENTE	2.ª Fase		
		ALUNOS A	ALUNOS B	Total
PRÉ-ESCOLAR	0	10	5	15
1º CEB	1	4	6	11
TOTAL GERAL	1	14	11	26

	1ª FASE ESCALÃO A- REMANESCENTE	2.ª Fase		Plano
TOTAIS VERBAS		ESCALÃO A	ESCALÃO B	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	0,00	500,00€	125,00€	A/62/2016
1º CEB	20,00€	160,00€	120,00€	A/63/2016
TOTAL AGR. POENTE	20,00€	660,00€	245,00€	925,00€

Delibera ainda que em casos de reposicionamento de alunos em escalões de abono mais favoráveis (ex.º casos de alunos posicionados no 2.º ou 3.º escalão que na transição da 1.ª fase para a 2.ª fase passem para escalão mais favorável), sejam os mesmos, nesta 2.ª fase, beneficiados não só em termos de alimentação escolar, mas também em termos de apoio financeiro, no sentido de poderem vir a receber o valor respetivo a que presentemente têm direito e/ou o remanescente em relação ao que lhes foi atribuído na 1.ª fase.

Delibera, por último, que todos os pedidos para atribuição de subsídio escolar, cuja entrada nos serviços da DDC seja efetuada, durante o 3.º período letivo, sejam contemplados apenas com refeições.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2019, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

61. Atribuição de subsídios escolares a alunos carenciados – escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância do agrupamento de escolas Vieira de Leiria – ano letivo 2018/2019 – 2.ª fase

501 - Presente informação nº 938/2019 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 08/05/2019, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria.

Considerando que o Despacho n.º 8452-A/2015, datado de 31 de julho, alterado pelos Despachos n.º 5296/2017, de 16 de julho e 7255/2018, de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma.

Considerando que as normas legais anteriormente mencionadas constituem a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área, nomeadamente os Municípios.

Considerando que o Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho, vem acentuar o papel da ação social escolar, como meio de combate às desigualdades sociais e de promoção do rendimento escolar.

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira desta autarquia.

Considerando que para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/62/2016 do Plano de Atividades Municipais para 2018.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270
- Total de Pedidos: 1
- Valor do subsídio escolar a atribuir: 25,00€ (vinte e cinco euros)

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Total
PRÉ-ESCOLAR	0	1	1
1º CEB	0	0	0
TOTAL GERAL	0	1	1

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	0,00€	25,00€	25,00€	A/62/2016
1º CEB	0,00€	0,00€	0,00€	
TOTAL AGR. Vª LEIRIA	0,00€	25,00€	25,00€	

Delibera, por último, que todos os pedidos para atribuição de subsídio escolar, cuja entrada nos serviços da DDC seja efetuada, durante o 3.º período letivo, sejam contemplados apenas com refeições.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de setembro de 2019, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO

APOIO JURÍDICO

62. Responsabilidade civil extracontratual - Pedido de indemnização por danos em portão de moradia – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

“O munícipe apresentou uma reclamação em 13/05/2011 (!!!!). Porquê só agora estar a responder, oito anos depois.

Ficou claro que os serviços de saneamento saltaram o portão e danificaram a célula elétrica do portão. A Câmara devia ter vergonha de ter invadido uma propriedade, danificado a célula do portão e a proposta é que se indefira o pedido de indemnização do munícipe.

Entendo que devia ser pedido desculpa ao munícipe e para além do parecer jurídico, que não ponho em causa, devíamos, por questões de bom senso, encontrar outra solução.

Vamos aguardar que aquando da audiência prévia com o munícipe seja feito esse entendimento.”

A **Sr.ª Presidente** referiu que há um parecer jurídico, e para pagar a indemnização tem que haver um cumulativo de condições que têm de estar reunidas. Aqui não há esse conjunto e o parecer jurídico não o permite.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira deixou a seguinte nota:

Sugeri que se tente encontrar com o munícipe uma solução, e ver com o jurista se, com base no facto de a CM ter violado a propriedade, se pode chegar a outra decisão.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

502 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presentes requerimentos apresentados em 13-05-2011 e 19-04-2013, por Salvador Gonçalo Barbosa Guimarães dos Santos, com registos de entrada E/4275/2011 e E/3088/2013, nos quais requereu o ressarcimento de danos causados no sistema elétrico do portão da sua moradia, pelo trabalhadores da Câmara que no dia 03-05-2011, ali foram efetuar o despejo das fossas.

Presentes as informações produzidas internamente pelos vários serviços intervenientes no processo.

Presente Informação jurídica n.º I/1059/2019-FO, de 17-05-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência do dano e o pressuposto da existência de nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano alegadamente sofrido pelo requerente.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/1059/2019 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 1) e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente, Salvador Gonçalo Barbosa Guimarães dos Santos, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido,

concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 18:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,